**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

Renato Czarnotta

**Desenvolvimento, ambiente institucional e o novo banco do BRICS: um estudo sobre os
caminhos e estruturas**

**São Paulo
2018**

Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo

Adalberto Américo Fischmann
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Moacir de Miranda Oliveira Júnior
Chefe do Departamento de Administração

RENATO CZARNOTTA

Desenvolvimento, ambiente institucional e o novo banco do BRICS: um estudo sobre os caminhos e estruturas

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Nuno Manoel Martins Dias Fouto

São Paulo
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Rafael Mielli Rodrigues – CRB-8/7286
Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Czarnotta, Renato

Desenvolvimento, ambiente institucional e o novo Banco do Brics: um estudo sobre os caminhos e estruturas / Renato Czarnotta. – São Paulo, 2018.

72 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2018.

Orientador: Nuno Manoel Martins Dias Fouto.

1. Banco de desenvolvimento 2. Desenvolvimento 3. Ambiente institucional 4. Instituições 5. BRICS I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 332.153

AGRADECIMENTOS

A arte de elaborar uma dissertação de mestrado, minha opinião, é uma empreitada. Apesar de ser um trabalho individual e solitário com horas e horas de leitura e escrita, na realidade, não se faz sozinho. Diversas pessoas embarcam nessa trajetória, cada um a sua maneira. Primeiramente, e não poderia ser diferente, agradeço ao meu orientador, professor doutor Nuno Manoel Martins Dias Fouto, pela confiança, apoio, norte e, acima de tudo, pela paciência extrema. Aos meus pais, Miron e Nina (Z"L), que já se foram, porém nunca faltaram no suporte espiritual, importante nos momentos de angústia e desejo de desistência, aos meus irmãos e sobrinhos. Agradeço aos meus amigos que fiz como coordenador na FIA, cinco anos de trabalho, Érica, Márcia, Fábí, Dayse, Aline, Lilian, Flávia, Marco Couto, Adriano, Pandeló, Flávio, Piellusch, Patrícia, Marisa, Rosária, Gislene, ao povo da FEA, professores e colegas do programa, amigos pessoais Cleber, Elésio e Maurício, entre tantas outras pessoas que deixei de fora. Agradeço aos professores participantes da banca examinadora que dividiram comigo seus pontos de vista.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto central de estudo o conceito de Desenvolvimento mediante a compreensão das estruturas historicamente estabelecidas pelo fruto do Produto Social. Para entender tal conceito, faz-se necessário percorrer o caminho das discussões com a tarefa de desvelar como as aspirações individuais interferem no coletivo e como o resultado coletivo interfere na particularidade dos indivíduos. O texto traz uma discussão sobre os caminhos do Desenvolvimento (crescimento e bem-estar), da importância do Ambiente Institucional na trajetória do desenvolvimento e apresenta um estudo de caso aplicado à gestão de bancos de fomento, em especial, o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Apesar das expectativas positivas e do cenário promissor de crescimento dos BRICS, a incerteza sempre rodeou o ambiente institucional de tais países pelo modo de relacionamento político-social causado pela ambiguidade de governantes e empresários e da inércia social perante os fatos. Neste contexto, o Novo Banco de Desenvolvimento foi criado para estreitar as relações intragrupo e ampliar os esforços para superar os obstáculos do desenvolvimento via ambiente institucional.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Ambiente Institucional, Instituições e Novo Banco de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation has as main object of study the concept of development by understanding of historically existent structures as a result of Social Product. To understand the concept, it is necessary to pursue the course of discussions with the task of revealing how individual aspirations interfere with collective and how the collective result interferes with individual particularities. The text provides a discussion on the course of development (growth and well-being), the importance of institutional environment in the course of development and a case study of development banks, in particular, the New Development Bank of BRICS. Despite positive expectations and the favorable scenario for the growth of the BRICS countries, the uncertainty has always surrounded the BRICS countries by the mode of social-political relationship caused by the ambiguity of politicians, businessmen and the social inertia facing the facts. In this context, the New Development Bank was created to strengthen intragroup relations and expand efforts to overcome obstacles to development across institutional environment.

Keywords: Development, Institutional Environment, Institutions and New Development Bank.

“It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker that we expect our dinner, but from their regard to their own interest” (Adam Smith, 1776).

“O poder de fazer o bem quase sempre anda junto com a possibilidade de fazer o oposto” (Amartya Sen, 2000).

“It is time for the world to build better global economic BRICs” (O’Neill, 2001).

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	METODOLOGIA	11
3.	OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO	13
3.1	Revisão Bibliográfica	14
3.2	Sobre a Teoria do Desenvolvimento	17
3.3	Considerações Finais do Primeiro Artigo	18
3.4	Bibliografia do Primeiro Artigo	20
4.	AMBIENTE INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA	23
4.1	Revisão Bibliográfica	25
4.1.1	O conceito de Governança	27
4.1.2	Conceitos de Instituições e Organizações	30
4.1.3	Estruturas de Governança	33
4.1.4	Governança Corporativa e Teoria da Agência	34
4.2	Considerações Finais do Segundo Artigo	37
4.3	Bibliografia do Segundo artigo	38
5.	O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO	41
5.1	Os Direcionamentos do NDB	46
5.2	Investimento e Seleção de Projetos	48
5.3	Análise dos Projetos Seleccionados	49
5.4	Considerações finais	55
6.	BIBLIOGRAFIA	57
	APÊNDICE	63
	ANEXOS	66

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de estudo o conceito de Desenvolvimento mediante a compreensão das estruturas historicamente estabelecidas pelo fruto do Produto Social. O Estudo do Desenvolvimento é um exercício de observação dos fatos e fenômenos por diferentes perspectivas (Econômico, Político, Social), dado por um fluxo contínuo de eventos ocorridos no desenrolar do processo histórico das sociedades, notadamente, por ciclos de evolução ou declínio.

O trabalho se dará por meio da discussão teórica sobre os caminhos do Desenvolvimento (crescimento e bem-estar), da importância do Ambiente Institucional na trajetória do desenvolvimento e apresentará um estudo de caso aplicado à gestão de bancos de fomento por meio da análise dos vinte projetos aprovados pelo Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (i. e. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

O Brasil, como exemplo, é um país historicamente colonial de economia agrário-exportadora e desde a década de 1940 o tema Desenvolvimento tomou conta da pauta nacional e transformou-se em um propósito incontestável para o futuro da nação. Em 1952, teve-se a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) concebido como força motriz para o fomento da economia brasileira, limitada pelo arcaísmo das relações de produção e por diversos outros gargalos estruturais. Após um intenso processo de industrialização, moderada abertura comercial e da implementação do Plano Real (1994) que instaurou certa estabilidade macroeconômica, a economia brasileira foi capa da revista *The Economist* (2009) com o título "*Brazil takes off*", a economia que decolou. Em 2011, o Brasil apontava como a sexta maior economia mundial em Produto Interno Bruto (PIB), à frente do Reino Unido (The Guardian, 2012).

Apesar das expectativas positivas e do cenário promissor de crescimento dos países em desenvolvimento, a incerteza sempre rodeou o ambiente institucional de tais países pela desconfiança da forma de relacionamento político-social causada pela ambiguidade de governantes e empresários e da inércia da sociedade perante os fatos. Como exemplo, as três últimas Copas do Mundo de Futebol da FIFA ocorreram em países do BRICS, África do Sul (2010), Brasil (2014) e Rússia (2018), todas investigadas por sérios escândalos bilionários de corrupção: acordos espúrios na eleição do país a sediar o evento, superfaturamento na construção e reforma de estádios, entre outros tipos de desvios. A divergência entre o potencial econômico dos países do BRICS e a realidade social percebida no dia a dia estimula

uma reflexão sobre o tema proposto e remete o trabalho a uma questão central: Como o ambiente institucional mediante a relação entre os agentes econômicos e as instituições gera uma atmosfera propícia para o desenvolvimento?

Na estrutura, a dissertação traz três artigos independentes, porém correlacionados. O último tópico considerações finais faz uma amarração dos três artigos com o propósito de compor a lógica sobre os assuntos discutidos.

O primeiro artigo traz uma revisão bibliográfica sobre a complexidade do conceito de Desenvolvimento e busca uma linha explicativa que retrate os caminhos para alcançá-lo. O debate sobre o tema é bastante rico na esfera acadêmica e alimenta diversos pontos de vista na construção de teorias e modelos capazes de representar o contexto macroanalítico do Produto Social. A discussão se acentua no momento em que a antiga ideia de progresso não faz mais sentido perante os terríveis episódios da Segunda Guerra Mundial.

O segundo artigo traz uma revisão bibliográfica sobre a importância do Ambiente Institucional no processo de Desenvolvimento. O Ambiente Institucional abrange a interação entre os agentes econômicos e a forma de organização dos arranjos institucionais. Nas últimas décadas, o conceito de Governança vem ganhando espaço nas discussões do Banco Mundial, OCDE, FMI, entre outras organizações internacionais, no tocante a padrões de articulação e cooperação entre os agentes que coordenam e regulam as transações dentro e pelas fronteiras do sistema econômico.

O terceiro artigo traz um estudo de caso sobre a criação e gestão do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB). Para o entendimento das diretrizes do banco, faz-se necessária uma análise sobre a estrutura corporativa e, a partir dela, verificar se o banco segue os objetivos acordados na criação: fomentar a infraestrutura dos países membros e países em desenvolvimento, trabalhando em parceria com outros órgãos internacionais.

2. METODOLOGIA

Por meio de suas capacidades, o ser humano procura conhecer o mundo que o rodeia. Ao longo dos séculos, vem desenvolvendo sistemas mais ou menos elaborados que lhe permitem conhecer a natureza das coisas e o comportamento das pessoas. Pela observação, o ser humano adquire grande quantidade de conhecimentos. Outra fonte de conhecimento é derivada da autoridade, pais e professores descrevem o mundo para as crianças. Governantes, líderes partidários, jornalistas e escritores definem normas e procedimentos que para eles são os mais adequados e, à medida que segmentos da população lhes dão crédito, esses conhecimentos são tidos como verdadeiros. Os filósofos também proporcionam importantes elementos para a compreensão do mundo. Em virtude de se fundamentarem em procedimentos racional-especulativos, os ensinamentos dos filósofos têm sido considerados como dos mais válidos para proporcionar o adequado conhecimento do mundo (Gil, 2008).

No livro *Educação e Sociologia* (1922), o filósofo francês Émile Durkheim (1858-1917) discorre acerca do exercício da produção intelectual:

Não podemos, nem devemos nos dedicar, todos, ao mesmo gênero de vida; temos, segundo nossas aptidões, diferentes funções a preencher e será preciso que nos coloquemos em harmonia com o trabalho que nos incumbe. Nem todos nós fomos feitos para refletir; e será preciso que haja sempre homens de sensibilidade e homens de ação. Ao contrário, há necessidade de homens que tenham, como ideal de vida, o exercício e a cultura do pensamento.

Durkheim (1922, *apud* Filloux, 2010 e Ferraro, 2016) traz que as vantagens de uma sólida cultura intelectual nem sempre foram reconhecidas por todos os povos. A ciência, o espírito crítico, que hoje tão alto se colocam, durante muito tempo foram tidos como perigosos. Os homens não desejam a ciência, mas a utilizam na medida em que a experiência lhes tenha demonstrado que não podem passar sem ela. Se o homem não conhecesse outras necessidades senão essas que têm raízes em sua própria constituição individual, não se teria posto no encalço da ciência, tanto mais que ela não pode ser adquirida senão após duros e penosos esforços.

O tema desta dissertação se insere no campo da ciência econômica e abrange a teoria do Desenvolvimento (primeiro artigo) e a teoria da Nova Economia Institucional (segundo artigo) apresentadas nos respectivos referenciais teóricos e busca a compreensão dos conceitos teóricos e o sentido de como as ideias dos autores se relacionam com o tema proposto. Para Oliveira (2007), ao utilizar o método bibliográfico, o pesquisador não precisa

recorrer diretamente aos fatos e fenômenos como utilizado na pesquisa empírica, faz-se o estudo direto nas fontes científicas disponibilizadas pela literatura sobre o tema.

Na ciência econômica, como em qualquer outra ciência, o trabalho mais importante é o de observar os fatos novos econômicos, relacionar com os demais fatos sociais e políticos, desenvolver novas ideias, novas explicações e buscar justificação prática para elas (construção de modelos). Entretanto, a compreensão sobre o funcionamento dos sistemas econômicos pode ser vista legitimamente por vários ângulos. O fato novo no campo das ciências sociais dá origem ao problema a ser resolvido no plano científico e prático. Na grande maioria dos casos a solução do problema não se deverá a uma mente brilhante apenas, mas a um conjunto de pessoas pensando e debatendo aquele problema (discussão teórica). Esse debate será fundamental para se definir o problema, para se encontrar um modelo explicativo razoável para ele, e, finalmente, para validá-lo cientificamente através do consenso dos pares (Bresser-Pereira, 2003).

O terceiro artigo, diferentemente, traz um estudo de caso sobre a criação e operação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. Em 2016, foi disponibilizado o primeiro relatório anual das operações do Novo Banco de Desenvolvimento. A pesquisa se fará com base nesses relatórios anuais entre outros documentos elaborados por autores independentes ou mesmo por órgãos e agências dos governos membros.

O estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (Yin, 2001).

3. OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

Este primeiro artigo tem como objeto de estudo o conceito de Desenvolvimento. Para entender tal conceito, faz-se necessário percorrer o caminho das discussões com a tarefa de desvelar como as aspirações individuais interferem no coletivo e como o resultado coletivo interfere na particularidade dos indivíduos. Autores de espessa intelectualidade longamente se debruçaram sobre o tema e, no desenrolar das discussões, alcançaram diferentes pontos de vista, fruto da difícil tarefa de compreender a complexidade das interações humanas. A priori, sabe-se que a vida humana (Social), os mercados (Econômico), as normas e princípios (Político) seguem um fluxo. O Estudo do Desenvolvimento é um exercício de observação do curso dessas diferentes perspectivas, aqui separadas, mas na realidade indissociáveis. Nas palavras de Schumpeter (1963) “*o processo social constitui realmente um conjunto indivisível, um fato jamais é exclusiva ou puramente econômico*”.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo compreender a harmonia do processo social passível de Desenvolvimento. Muito se discute sobre o tema, afinal, o que é Desenvolvimento? Os determinantes são causa ou consequência? A compreensão do conceito se faz importante para que, mais adiante, seja possível relacioná-lo com o funcionamento do sistema econômico por meio do estudo do ambiente institucional (segundo artigo). O ponto de partida desse caminho se faz pela distinção tradicional entre crescimento e desenvolvimento, tratados muitas vezes como “sinônimos”. O primeiro tange as políticas econômicas, já o segundo implica em transformações estruturais (Política, Economia, Sociedade). Outra abordagem necessária, recorrendo ao desenrolar do processo histórico, gira em torno da distinção dos conceitos de progresso e desenvolvimento.

No período após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento dos países estava apenas conotado com o crescimento econômico, considerado por alguns autores como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento. A partir dos anos de 1970, dá-se um ponto de viragem decisivo na forma de abordagens e práticas para o desenvolvimento, redesenhado por um aspecto que passa de uni para multidimensional (medição) e interdisciplinar (composição). Apesar de não haver uma definição de desenvolvimento universalmente aceita, existe um amplo consenso de que o desenvolvimento tem claros pontos de contato com outros importantes conceitos como liberdades individuais, democracia e bem-estar. (Moreira, 2009); (Amaro, 2003); (Sen, 2000).

3.1 Revisão Bibliográfica

O conceito de progresso é uma aspiração do século XVIII e o desenvolvimento uma ideia e um projeto do século XX que permanece no século XXI. Os filósofos do período iluminista perceberam que o ideal da razão prevalecendo sobre a tradição e a religião era algo que tinha deixado de ser utópico e poderia ser alcançado. No século XIX, o avanço da ciência e da tecnologia fortaleceu a ideia de progresso que Auguste Comte (1798-1857) definiu como a regra fundamental da sociedade. Os pensadores liberais caminharam pela ideia da realização da liberdade individual, ao passo que os intelectuais e trabalhadores socialistas o identificavam como democracia e socialismo (Emancipação). Nessa trajetória histórica, já na primeira parte do século XX, as duas guerras mundiais e o nazismo foram uma regressão em direção à barbárie que desmoralizou a ideia de progresso. Com o fim da segunda guerra mundial, a criação de organizações internacionais (ONU, OMC, FMI) iniciou um novo período no qual a ideia de desenvolvimento surge como substituta ao progresso, agora com forte viés econômico (Bresser-Pereira, 2014).

O desenvolvimento é um discurso situado em espaço e tempo específicos, capaz de criar um conjunto de pensamento e ação política. Para Robert Nisbet (1969, *apud* Oliveira 2010) a noção de desenvolvimento não deve ser encarada como um conceito rígido, passível de ser provado e explicado por meio da racionalidade científica, mas sim como uma metáfora. Muitas das concepções de mundo são criadas a partir de imagens e entendimentos que muitas vezes são sintetizadas por meio de metáforas, e nesse sentido, a metáfora do Desenvolvimento é uma das mais poderosas no pensamento ocidental, responsável por consolidar uma estrutura de pensamento que, em certa medida, perpassou os povos gregos, a sociedade cristã e culminou como base de formação do mundo moderno.

Autores como Robert Nisbet (1913-1996) e John Bury trabalharam na construção histórica e sociológica da noção de desenvolvimento da sociedade humana e buscam na história antiga as bases constitutivas do pensamento sobre o desenvolvimento. No entanto, é reconhecido (pelos autores citados) que a ideia de progresso aparece de maneira mais substancial nos séculos XVII e XVIII, no contexto iluminista, tornando-se base fundamental do pensamento moderno e uma das principais bases de sustentação da noção de desenvolvimento (Oliveira, 2010).

O desenvolvimento e o crescimento constituem um tema central da ciência econômica (Perroux, 1963). O livro “*Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das*

nações” (1776) de Adam Smith (1723-1790) entrou para a História do Pensamento Econômico como a obra fundadora da economia como ciência, tido como o primeiro manual fundamentado aos processos de formação dos fatores produtivos e da geração de valor. David Ricardo (1772-1823) com sua perspectiva pessimista do futuro das relações econômicas e sociais, Thomas Malthus (1766-1834) introduzindo a problemática dos limites decorrentes dos recursos naturais alimentares escassos, John Stuart Mill (1806-1873) relativizando a perspectiva pessimista com a noção de qualidade do progresso e Karl Marx (1818-1883) com sua teoria revolucionária da história e do desenvolvimento do capitalismo, completam a leitura clássica, base de toda literatura econômica posterior, principalmente, no que se refere à condução das relações econômicas e do produto social (Amaro, 2003).

Na atualidade, o desenvolvimento permanece como um tema central na literatura das ciências sociais e econômicas por sua natureza transformadora das sociedades e dos indivíduos. Amaro (2003) argumenta que o desenvolvimento é um dos conceitos com mais possibilidades de alimentar diálogos ou confusões interdisciplinares e de estabelecer pontes ou rupturas entre a teoria e a prática. Com várias versões, o conceito se tornou mais complexo e menos linear na sua concepção e aplicação. A complexidade ganhou corpo pela contribuição de várias disciplinas e pelas experiências de várias práticas gerando múltiplos desafios, tanto no que se refere às abordagens interdisciplinares quanto aos métodos de intervenção que implica. Amaro (2003) complementa que na abordagem sobre o conceito de desenvolvimento nem sempre foi fácil estabelecer fronteiras entre a teoria, a ideologia, a doutrina, a utopia e as práticas sociais.

Para Oliveira (2002), o debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Muitos autores argumentam que apenas os incrementos constantes no nível de renda são importantes como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem se preocuparem como tais incrementos são distribuídos. O Desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia de forma a melhorar os indicadores de bem-estar na tentativa de eliminar os desvios sociais como a pobreza, desemprego e desigualdade, trazendo condições de saúde, alimentação, educação e moradia a todo conjunto da sociedade (Vanconcellos e Garcia, 1998; *apud* Oliveira, 2002).

Entre os eventos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Grande Depressão de 1929, período esse de grande turbulência estrutural, surgem os estudos de John Maynard Keynes (1883-1946) como alternativa à teoria neoclássica dominante (estática e de equilíbrio otimizado). As ideias de Keynes estabeleceram as bases para uma nova visão da economia centrada nas variáveis agregadas com forte presença do Estado como criador e executor de políticas econômicas, articulador do processo de desenvolvimento por meio do controle da macroeconomia.

Bonente e Almeida Filho (2008) resgatam uma passagem do economista Albert Hirschman (1915-2012) explicitando as origens da Economia do Desenvolvimento. Segundo Hirschman, nasce no período do pós-guerra, especificamente a partir de 1950, uma nova disciplina no interior da ciência econômica conhecida como Economia do Desenvolvimento. A nova disciplina obteve imenso sucesso em termos de produção bibliográfica e repercussão social, servindo de base para a formulação de políticas nacionais até 1960. Entre 1960 e meados dos anos 80, a disciplina é deixada de lado fruto de uma mudança de paradigma do processo de acumulação de capital em nível global (ideias neoliberais). O debate sobre desenvolvimento é retomado no âmbito das agências multilaterais, sobretudo do Banco Mundial, com discussões a respeito da deterioração ambiental, da renitente presença da pobreza e da fome em nível global, não obstante a superação definitiva da incapacidade da produção de alimentos em fazer frente às necessidades humanas. (Bonente e Almeida Filho, 2008).

A observação da história econômica em períodos longos e das séries estatísticas longas de existências e de fluxos, assim como as lições colhidas em numerosas discussões sobre o tema, aconselham duas distinções. A primeira, cuja aceitação se propaga progressivamente, apesar de ainda em construção, refere-se ao crescimento e desenvolvimento. A segunda, ainda não cientificamente tratada nos países cujas economias dominantes propagam as teorias dominantes no idioma dominante (inglês) é, em muito, a mais significativa: detalha os progressos do progresso. O crescimento é o aumento sustentado durante um ou mais períodos longos abrangendo cada um destes vários ciclos por meio de um indicador de dimensão, o qual será para a nação o produto global bruto ou líquido em termos reais. De fato, o crescimento opera em/e mediante alterações de estrutura (Perroux, 1963).

Para Perroux (1963), os trabalhos econômicos mais avançados caminham, por um lado, sobre períodos de crescimento e períodos de desenvolvimento e, por outro, sobre a expressão formalizada e quantitativa das alterações de estruturas, sejam quais forem as

instituições e as regras do jogo. O desenvolvimento engloba e sustenta o crescimento, a análise dos períodos de desenvolvimento por meio de suas alternâncias fornece um acréscimo de potência explicativa aos esquemas analíticos dos períodos de crescimento. Complementando, Pastore (1967) traz que o desenvolvimento econômico é parte de um conjunto de processos mais amplo e mais complexo que habitualmente são estudados sob a designação de mudança social. O isolamento existente entre o processo de desenvolvimento econômico e o processo de mudança social constitui um obstáculo para que se possam atingir generalizações mais válidas (modelos).

3.2 Sobre a Teoria do Desenvolvimento

Schumpeter, em seu livro *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1963), traz que a atividade econômica pode apresentar qualquer motivo ou causa, até mesmo espiritual. O sentido ou significado das relações econômicas são, sempre, a satisfação das necessidades humanas. O Processo Social que racionaliza (no sentido weberiano¹) a nossa vida e pensamento nos afastou do trato metafísico do desenvolvimento social e trilhou pelo tratamento empírico e realizou uma obra tão imperfeita que é preciso ter cautela no lidar com o próprio fenômeno cujas associações podem arrastar a toda sorte de orientações indesejáveis. O desenvolvimento econômico é simplesmente objeto da História Econômica que, por seu turno, é meramente uma parte da História Universal, só delgada do resto para fins expositivos.

Albert Hirschman (1915-2012) é um dos principais economistas da Economia do Desenvolvimento, estabelecida a partir da década de 1940. As transformações estruturais fazem com que os atores econômicos enfrentem uma incerteza substantiva que não pode ser eliminada por meio da simples busca por mais informações, uma vez que a sinergia e as externalidades que surgem através da ação conjunta são reduzidas e a mudança se torna mais lenta e errática. (Viana, Bruno, Modenesi, 2010).

Pastore (1967) comenta que teorias de baixo poder de previsão dos eventos não constituem monopólio da economia, mas são comuns a todas as demais ciências sociais. A crítica dirigida às teorias econômicas não é de forma alguma nova. No período de 1930 até 1950, os antropólogos e sociólogos afirmavam que as leis gerais da economia estavam

¹ Para Martes (2010) não se trata de descrever um indivíduo único e isolado, mas sim um ser social "típico", no sentido weberiano. O tipo social a que (Schumpeter) se chama empreendedor é portador de um quadro cognitivo diferenciado e sofre resistência de um conjunto de instituições (cultura, hábito e tradição) apesar de também contar com o apoio imprescindível de outras tantas instituições.

baseadas em pressupostos como, por exemplo, o homem racional, a maximização dos lucros que não eram válidos para qualquer sociedade, nem mesmo nas consideradas sociedades onde predomina uma economia de mercado. As teorias de desenvolvimento econômico, mais do que outros campos científicos, são particularmente permeadas pelo conceito de causalidade. Pastore (1967) resgata o argumento de William Arthur Lewis (1915-1991) (1963) no trecho que diz haver três causas próximas do desenvolvimento que passa pelo esforço para poupar, pelo o aumento e aplicação do conhecimento, bem como pelo aumento de capital e outros recursos per capita. Porém, o ponto crucial está em explicar quais os fatores responsáveis pelo desenvolvimento de uma nação, ou mais precisamente, quais as causas do desenvolvimento.

Sen (2000) trata o Desenvolvimento por meio das liberdades individuais que dependem de outros determinantes como as disposições sociais e econômicas e os direitos civis. Ver o Desenvolvimento como a expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante em vez de restringi-las a alguns dos meios, entre outras coisas, que desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento (entendido como um fluxo dentro de uma estrutura) requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade, como exemplos, a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos (saúde e educação) e interferência excessiva de Estados repressivos.

A ligação entre liberdade individual e a realização do Desenvolvimento vai muito além da relação constitutiva por mais importante que ela seja (crescimento do PIB, industrialização, avanço tecnológico etc.). O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas e poderes sociais que dão incentivos e aperfeiçoam as iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades (tema do segundo artigo) são influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas mediante o acesso em participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (Sen, 2000).

3.3 Considerações Finais do Primeiro Artigo

Após a leitura da literatura sobre Desenvolvimento, tem-se, aqui, que o estudo do Desenvolvimento é um exercício de observação dos fatos e fenômenos pelas diferentes perspectivas formadas pelo prisma econômico, político e social, entendido como um fluxo dos eventos ocorridos no desenrolar do processo histórico das sociedades. Dá-se por ciclos de evolução ou declínio, por períodos de crescimento e períodos de ajustes, desperta a muitos

autores o interesse interdisciplinar do conceito por sua natureza transformadora das sociedades e dos indivíduos.

Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Thomas Malthus (1766-1834), John Stuart Mill (1806-1873) e Karl Marx (1818-1883) representam o início da Economia como ciência e, juntos formam a leitura clássica sobre os processos de formação dos fatores produtivos e da geração de valor. A partir deles, diversas teorias foram construídas, aceitas e refutadas, ganhando extrema complexidade na forma de compreensão das relações humanas. Relembrando Amaro (2003), o Desenvolvimento é um dos conceitos com mais possibilidades de alimentar diálogos ou confusões interdisciplinares e de estabelecer pontes ou rupturas entre a teoria e a prática, nem sempre foi fácil estabelecer fronteiras entre a teoria, a ideologia, a doutrina, a utopia e as práticas sociais.

Entende-se que Crescimento Econômico e Desenvolvimento não são sinônimos, uma vez que o Desenvolvimento engloba o Crescimento Econômico sustentado pela transparência política e pela participação social. Como consequência, tem-se um aumento do produto social com melhoria na qualidade de vida e ampliação das liberdades individuais. Os países que alcançaram certo nível de desenvolvimento, em algum momento, compreenderam que uma estrutura social sólida exige uma relação sincrônica entre Economia, Política e Sociedade, assim como o desfecho da estória infantil dos três porquinhos, de forma subjetiva, quando salvos pela casa de tijolos. Para compreender os determinantes do Desenvolvimento, o porquê de alguns alcançarem e outros não, faz-se necessário discutir a importância do Ambiente Institucional (segundo artigo), criado pela relação entre os agentes econômicos e pelo conjunto de regras que rege a estrutura social estabelecida.

3.4 Bibliografia do Primeiro Artigo

- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento, um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Centro de Estudos Africanos do ISCTE*.
- Bonente, B. I., & Almeida Filho, N. (2008). Há uma Nova Economia do Desenvolvimento? *Revista de Economia*, 34(1), 77-100.
- Bresser-Pereira, L. C. (2003). Os dois métodos da teoria econômica. *Encontro Nacional de Economia Política*. Florianópolis: Fundação Getúlio Vargas.
- Bresser-Pereira, L. C. (2014). Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*(93), 33-60.
- Dicio. (2018). dicio.com.br Acesso (diversas datas)
- Ferraro, J. L. (2016). Durkheim, educação e sociologia. *Revista Educação Por Escrito*, 7(1), 124-131.
- Filloux, J.-C. (2010). Émile Durkheim. In: É. Durkheim, *Textos extraídos de DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia*. (C. d. Carvalho, & M. H. Russo, Trans.). Recife: Massangana.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6º ed.). São Paulo: Atlas.
- Linguee Dicionário. (2018). www.linguee.com.br (diversas datas).
- Martes, A. C. (2010). Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, 30(2), 254-270.
- Moreira, S. B. (2009). Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento. *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto* (pp. 539-560). Braga: Laboratório de Economia e Gestão, Instituto Politécnico de Setúbal.
- Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *FAE*, 5(2), 37-48.
- Oliveira, J. D. (2010). O Conceito de Desenvolvimento: origens, perspectivas e desafios. *Ordem, Instituições e Governança: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no Sistema ONU e a construção da ordem internacional*, 49-68. Rio de Janeiro: PUC-RIO.

- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Pastore, J. (1967). Teorias de desenvolvimento econômico: problemas metodológicos. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 7(23), 25-48.
- Perroux, F. (1963). A Ideia de Progresso perante a Ciência Econômica do Nosso Tempo. Tradução de Adérito Sedas Nunes. *Análise Social*, 1(2), 173-182.
- Schumpeter, J. A. (1961). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* (Primeira edição brasileira ed.). (L. Schlaepfer, Trad.) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. (L. T. Motta, & R. D. Mendes, Trans.) São Paulo: Companhia das Letras.
- The Guardian. (2012). theguardian.com. Acesso em 15 de 07 de 2018.
- Viana, S. T., Bruno, M. A., Modenesi, A. d., & (Orgs.). (2010). Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*.
- World Bank. (2018). data.worldbank.org (diversas datas).
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2 ed.). (D. Grassi, Trad.) Porto Alegre: Bookman.

4. AMBIENTE INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA

A comemoração de 70 anos do Banco Mundial, em 2014, coincidiu com a criação de uma nova organização, supostamente, de mesma função do septuagenário: o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (i. e. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Esses eventos aqueceram uma antiga discussão sobre o papel dos órgãos internacionais de fomento, sobretudo, pelo arcaísmo das estruturas coordenadas por modelos ineficientes, principalmente, pela falta de transparência na administração dos recursos financeiros e econômicos controlados pela conveniência de poucos países-membros e sem expectativa de renovação (Griffith-Jones, 2014) (Baumann, 2017). A ineficiência gera um ambiente de incerteza (econômica) e de desconfiança (social). Autores importantes nesse debate internacional, como exemplo, Richard Nelson, Amartya Sen, Joseph Stiglitz, entre outros, defendem a ideia de profundas mudanças na orientação e gestão de tais órgãos. Têm-se, também, autores que defendem um discurso tradicional, em que o modelo estabelecido é de extrema importância à perpetuidade da organização.

O segundo artigo tem como objetivo de estudo discorrer sobre as Estruturas de Governança (gestão), na relação público-privada dos projetos (operação) e na tratativa da regulamentação institucional (Legitimação). Os bancos de fomento apresentam algumas particularidades na gestão e permanecem, na atualidade, sob a supervisão do Estado, combinando aspectos de governança tanto da administração pública quanto corporativa. Como missão, os bancos de fomento estabelecem programas e projetos com o propósito de corrigir possíveis dissonâncias estruturais internas, externas e supranacionais por meio da identificação, planejamento e combate dos desequilíbrios que travam os fluxos de desenvolvimento, gerando um cenário de ineficiência produtiva e desigualdade social.

Os bancos de fomento passam a ter extrema importância na literatura econômica com o desfecho da Segunda Guerra Mundial (1945) devido à emergência de reconstrução dos países derrotados, principalmente Alemanha e Japão. A precariedade em que se encontravam os países desencadeou a criação de órgãos e agências enredadas pela forte mão do Estado que, na figura de organizações para o fomento econômico, fez-se importante na centralização da gestão dos recursos financeiros de longo prazo aplicados aos diversos campos da economia como infraestrutura (estradas, ferrovias, saneamento básico, educação, saúde etc.) e recuperação da indústria destruída no período de guerra. Posto isto, remete-se o estudo deste artigo à seguinte questão: Por quais caminhos as boas práticas de governança transformam um órgão de fomento no fio condutor para o Desenvolvimento?

Nessa trajetória, faz-se necessária a busca por entendimento dos conceitos teóricos procedentes da literatura sobre o tema para, posteriormente, tecer uma análise das estruturas estabelecidas, do papel dos bancos de fomento nas complexas relações socioeconômicas, suas funções e responsabilidades (terceiro artigo). Fomentar, no sentido literal, é estimular; incentivar ou despertar o interesse por algo (Dicio, 2017). Bancos e órgãos de fomento devem, em tese, ter um tom neutro e conciliador que, por meio de programas, buscam estimular e reproduzir políticas eficazes que levam ao avanço socioeconômico. O Banco Mundial (1944) antes chamado de Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), o Fundo Monetário Internacional (1944) e a Organização das Nações Unidas (1945) são as principais organizações de cunho internacional em operação, resultado das discussões decorridas na conferência de Bretton Woods (1944) com a finalidade de intensificar a cooperação e a reorganização das relações financeira, comercial e social, debilitadas, a princípio, pelo desfecho de duas grandes guerras.

Este artigo se insere no campo dos estudos organizacionais por meio da visão interpretativa e abordagem qualitativa. A ênfase da pesquisa qualitativa é dada nos processos e no sentido dos conceitos com o objetivo de interpretar os significados e os propósitos dos agentes envolvidos (Godoi, Melo, & Silva, 2010). Primeiramente, por meio de pesquisa bibliográfica, busca-se o entendimento dos principais conceitos relacionados às boas práticas de administração que acarretam maior eficiência produtiva e transparência na gestão organizacional. Em seguida, propõem-se um estudo de caso, sobre os termos de criação e as diretrizes do Novo banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB), buscando semelhanças e contrastes com as organizações internacionais já existentes.

A principal justificativa desse estudo se apoia na atualidade do tema. Busca-se a compreensão acerca do funcionamento das relações socioeconômicas por meio do entendimento dos conceitos de Governança e Instituição (Ambiente Institucional e Arranjos Institucionais) e as relações desses com o Desenvolvimento. A priori, tem-se que um banco de fomento é uma importante ferramenta econômica e política, sobretudo na gestão de grandes fundos de investimento aplicados a setores estratégicos de países com desequilíbrios econômicos e sociais, fruto, muitas vezes, da má gestão dos recursos disponíveis: Natural, Humano e Financeiro.

4.1 Revisão Bibliográfica

Nesta revisão teórica, busca-se a compreensão acerca dos conceitos pertinentes ao estudo da Governança mediante o uso da microanálise de modelos da governança corporativa e pública, característicos aos organismos de fomento. Adiante, faz-se necessária uma análise sobre os efeitos dessas estruturas em nível macro. Estudos realizados por importantes autores em diferentes campos da Economia, Administração, Ciências Políticas e Sociais serão utilizados de forma a tecer os diálogos, prós e contras, sobre o tema proposto neste artigo: Ambiente Institucional e o Modelo de governança de bancos de fomento.

Os autores norte-americanos Thorstein Veblen, John R. Commons e Wesley C. Mitchell foram precursores no estudo das questões econômicas de base institucional denominada “antigo” institucionalismo (Lopes, 2013). Apesar da importância teórica, o “antigo” institucionalismo acabou esquecido no período entre guerras na medida em que os Estados Unidos da América emergiam como grande potência mundial. O declínio teórico dos antigos institucionalistas abriu espaço, no andar dos anos 1960, para outros autores explorarem novos modelos teóricos por meio do estudo da evolução das instituições na teoria econômica.

A vertente denominada “antigo institucionalismo”, em sua origem, fazia uma forte crítica ao neoclassicismo, principalmente no que diz respeito às análises reducionistas e estáticas, com seu enfoque central no equilíbrio ao invés da mudança. Por sua vez, o novo institucionalismo, ao mesmo tempo em que critica, mantém-se preso ao núcleo da teoria clássica, preocupando-se com aspectos específicos que não invalidam a tradição ortodoxa, mas reconhece suas incoerências e tenta incorporar elementos mais consistentes na explicação dos problemas econômicos na medida em que seu corpo teórico avança. Os novos institucionalistas têm como principais expoentes Douglass North, Ronald Coase e Oliver Williamson (Lopes, 2013).

Williamson (2000) esclarece que a Nova Economia Institucional (NEI) não teve seu progresso de forma abrangente, fez-se o caminho por meio da análise e da demonstração das características microanalíticas e relembra (Kenneth Arrow (1987), *apud* Williamson, 2000):

a NEI não consiste em dar novas respostas às questões tradicionais da teoria econômica como alocação de recursos ou grau de utilidade, seu trajeto é levantar novas questões concernentes à emergência das instituições e por que emergem desta forma e não de outra, como se dá no curso do processo histórico. Assim, a NEI vem progredindo, empilhando tijolo a tijolo, até que seu valor agregado não possa mais ser rejeitado.

Bueno (2007) e Avelham (2012) argumentam que a Nova Economia Institucional, em sua versão tradicional, traz como unidade de análise principal a transação em si, tem como pressuposto fundamental que é racional para indivíduos ou grupos de indivíduos construírem instituições e estabelecer padrões de comportamento estáveis que tornem menos custoso realizar as transações que desejam. Diferentemente de outros economistas, os autores da NEI mostram a dificuldade de cooperação entre indivíduos de forma espontânea, muitas vezes motivada apenas pelo interesse próprio. Surgem os casos de comportamentos oportunisticos² com rompimentos de acordos já estabelecidos pelas partes onde um lado já tenha cumprido parcela do acordo e outro se descompromete de arcar com os custos implícitos no acordado.

A teoria da Nova Economia Institucional (NEI) ajuda a explicar como a regulação e os direitos de propriedade assumem suas diversas formas, tornando possível uma melhor compreensão do comportamento humano, das instituições e dos resultados dos recursos envolvidos na atividade econômica. A Nova Economia Institucional teve sua elaboração em duas grandes linhas de ação. Primeiramente, foca em uma análise microanalítica, discutindo o desenho da firma e suas estruturas de governança e coordenação. Outra linha de discussão trata do entendimento da natureza das instituições envolvidas no processo de crescimento econômico e no posicionamento e interação dos agentes econômicos (Lopes, 2013).

Lopes (2013) traz, a partir da preocupação de North com o desempenho, uma definição de instituições de forma bastante objetiva e focada, representando uma estrutura de incentivos com imposições formais (leis, regras etc.) e informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta etc.) da economia. Possuem uma importância fundamental porque, ao serem imposições criadas pelos seres humanos, sua ação coletiva acaba regulando e limitando suas interações. De outra forma, no dia a dia, os seres humanos se deparam com um conjunto de restrições estruturadas na forma de leis ou de regras informais provenientes de informações transmitidas socialmente como parte da nossa cultura e interferem na forma como os agentes interpretam o ambiente e influenciam na conduta dos indivíduos e das organizações.

² O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2018) não reconhece a palavra “oportunistico”. Na literatura em língua portuguesa, a palavra surge da tradução da palavra inglesa *opportunistic* que significa explorar oportunidades oferecidas por circunstâncias imediatas.

4.1.1 O conceito de Governança

Governança não é o mesmo que governo. Ambos, Governança e Governo, referem-se a um comportamento alinhado por um objetivo, em atividades orientadas para metas, a sistemas de ordenação. Governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder (força) que garante a implementação das políticas devidamente instituídas. O conceito de Governança se apoia em objetivos comuns que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas, porém, não há necessidade da força para que sejam aceitas e vençam possíveis resistências. (Rosenau e Czempiel, 2000). Nas palavras dos autores:

Governança é um fenômeno mais amplo do que governo, abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.

Para Capella (2008), o termo Governança está presente em várias áreas das ciências sociais e, em diferentes contextos, o conceito assume distintas significações. Nas palavras da autora:

Nos estudos sobre relações internacionais, a preocupação com a governança emerge como resultado da globalização, da crescente interdependência das instituições e das crescentes necessidades de regulação no plano global.

Diferentes abordagens competem sobre a ideia de governança, desde perspectivas baseadas na hipótese de que os Estados nacionais são os atores mais importantes no cenário internacional, até abordagens nas quais se questiona o papel dos Estados no estabelecimento das normas e regras na dinâmica política global. Dessa forma, as distintas utilizações da ideia de governança nas diferentes áreas apontam para a ausência de um consenso sobre o conceito. A ideia de governança assume contornos ainda mais difusos nos estudos sobre administração pública e políticas públicas, por exemplo, os estudos sobre a comunidade europeia que mudam significativamente de escopo com a inserção da ideia de governança, uma vez que as análises de governança focalizam a eficiência do processo de formulação de políticas europeias (Capella, 2008).

Gonçalves (2006) traz em seu texto “O Conceito de Governança” que a expressão *governance* surgiu a partir de reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial que tinha em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado nacional eficiente. O viés do Banco Mundial como formulador de políticas para o desenvolvimento

deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, incluindo as dimensões sociais e políticas da gestão pública. Capella (2008), na mesma linha, resgata o importante papel do Banco Mundial que contribuiu significativamente para disseminar a noção de governança no início dos anos 1990. Já no final do anos 1980, o Banco Mundial relacionava a ideia de governança diretamente às crises econômicas que atingiam os países do terceiro mundo e passou a orientar a ação desses países no sentido da adoção de práticas de boa governança (*good governance*), no entanto, mesmo nos documentos oficiais emitidos pelo banco, a definição de governança encontra diferentes sentidos.

Para Santos (2001) e Gonçalves (2006), o Banco Mundial tem utilizado o termo *governance* com frequência, em grande parte, de forma implícita ou explicitamente, associa a concepção de *governance* a noção de *good governance* ou *good government* e, define *governance*, em termos gerais, como o exercício da autoridade, controle, gestão ou, mesmo, o poder das autoridades governamentais. De outro modo, define *governance* pela maneira como a autoridade é exercida na administração dos recursos econômicos e sociais de um país, orientados ao desenvolvimento.

Basicamente, a noção de *good governance* vem intrinsecamente associada à capacidade governativa, transforma-se em requisito indispensável de um desenvolvimento sustentado que incorpora o crescimento econômico, a equidade social e os direitos humanos. O viés normativo implícito é o que associa os pré-requisitos do bom governo (*modus operandi* das políticas governamentais) à democracia. Dentro desse espírito, a discussão mais recente do conceito de *governance* ultrapassa o marco operacional para incorporar questões relativas a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais, políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e pelas fronteiras do sistema econômico (Santos, 2001).

Na administração pública (Estado), governabilidade e *governance* entram como conceitos auxiliares. Trata-se de aspectos distintos e complementares que configuram a ação estatal. Governabilidade se refere às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma sociedade, assim como as características do sistema político, a forma de Governo, as relações entre os poderes, os sistemas partidários (pluripartidarismo ou bipartidarismo), entre outras. Já o conceito de *governance*, por outro lado, diz respeito à capacidade governativa no sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Refere-se ao conjunto dos

mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo de interesses. As novas condições internacionais e a complexidade crescente da ordem social pressupõem um Estado dotado de maior flexibilidade, capaz de descentralizar funções, transferir responsabilidades e alargar, ao invés de restringir, o universo dos atores participantes, sem abrir mão dos instrumentos de controle e supervisão (Diniz, 1996).

Vale lembrar que no âmbito do estudo das relações organizacionais, a discussão sobre ética se faz presente, de forma implícita, até mesmo pela complexidade do termo, mas inseparável dos caminhos que levam ao *good governance*. No livro de título *Ética e economia*, Silva (2007) apresenta o desenrolar do processo histórico sobre o entendimento do que é Ética e como o termo se relaciona na construção da ciência econômica, resgatando importantes pensadores, de Platão, Adam Smith até a atualidade com Amartya Sen. Nessa trajetória, Silva (2007) alega que os economistas costumam dizer que os agentes reagem a incentivos, contudo, os incentivos constituem variável-chave para o entendimento mais preciso de como os meios, as regras do jogo que condicionam outros meios, as ações e as decisões estratégicas dos agentes geram resultados diversos do ponto de vista ético e econômico. O alinhamento do “ético” e do “econômico” se faz por meio da ética econômica que originará, no desenrolar dos estudos organizacionais, a literatura sobre Governança.

Assim como a complexidade do conceito de ética, o conceito de Governança não apresenta, de forma geral, uma definição convergente que levaria ao entendimento simples e direto. Para tanto, neste estudo, o uso do conceito será aquele que condiz com o entendimento econômico/organizacional relacionado à origem das organizações de fomento assim como trazido por Santos (2001), *incorporar questões relativas a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais, políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e pelas fronteiras do sistema econômico*.

No contexto do artigo é fundamental lembrar que, nas palavras de Silva (2007), a economia é uma ciência do artificial, as atividades econômicas se desenrolam num cenário composto por instituições, regras, valores autoimpostos por nós a nós mesmos, leis e, por tanto, aparatos humanos que criam incentivos que condicionam as ações humanas. Nessa linha, surge o conceito de Instituições e toda uma teoria (NEI) ancorada na busca por entendimento de como as nossas ações, interações e atitudes influenciam na atividade econômica e, por consequência, no processo de Desenvolvimento. Schumpeter (1961) traz que toda a dinâmica da vida econômica, *utilidades produzidas e mercadejadas numa*

comunidade, é denominada como produto social. O produto social, em si, não existe, tão pouco representa a consequência conscienciosamente desejada. Diante da atividade sistemática, como tal, é uma “economia” que age de acordo com um plano uniforme e, contudo, uma abstração útil.

4.1.2 Conceitos de Instituições e Organizações

No avanço da ciência econômica, o conceito de instituição foi utilizado por economistas e historiadores de forma ampla e generalizada. A definição ainda não está clara e, essa limitação de clareza, dificulta a funcionalidade do termo quando inserido na construção dos estudos. Ménard, Nunes e Silva (2014) comentam que o entendimento das organizações descrito como uma *caixa preta*, onde entram insumos e saem produtos por meio de processos inacessíveis a algum possível observador, parecia satisfeito entre economistas. O que acontece dentro das organizações, como são estruturadas e controladas, por mais significativo que pareça, não surtiu o interesse dos estudiosos da teoria neoclássica.

Os principais autores que abriram a *caixa preta* foram: Alfred Marshall em *Indústria e Comércio* (1919), Joseph Schumpeter em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942) e Friedrich Hayek (1945) em seus escritos sobre conhecimento. Da linha Institucional: Thorstein Veblen (1904), John R. Commons (1934) e Ronald Coase (1937) e da Economia das Organizações: Robert Michels (1915), Chester Barnard (1938), Herbert Simon (1957), James March (March and Simon, 1958) and Richard Scott (1992), também, ressaltaram a importância do estudo das organizações na ciência econômica (Williamson, 2002).

Douglass North, prêmio Nobel de economia em 1993, foi o autor que mais extensivamente discutiu sobre o papel das instituições por meio da definição do conceito e suas relações com o Desenvolvimento, Democracia e Sociedade. Para North (1990), basicamente, instituições são as regras do jogo de uma sociedade e regulam as interações humanas. As instituições representam a estrutura de incentivos de uma economia, são imposições formais (leis, regras, constituições etc.) e informais (normas de comportamento e conduta, convenções etc.), possuem uma importância fundamental porque, ao serem imposições criadas pelos seres humanos, acabam limitando suas próprias interações. Para um melhor entendimento, o termo “instituição” pode ser categorizado por Ambiente e Arranjo.

O ambiente institucional representa um conjunto de regras fundamentais, políticas, sociais e legais que governam a atividade econômica e política. Essas regras são passíveis de mudança e, no andar do processo histórico, alteram a forma da inovação institucional e por consequência alteram o ambiente institucional. Um arranjo institucional é definido como

unidades econômicas que governam as formas em que essas unidades podem cooperar ou competir (Davis e North, 1970). Farina, Azevedo e Saes (1997) trazem que não necessariamente as instituições tenham como seu único propósito restringir as interações humanas, mas é fundamental reconhecer que efetivamente desempenham o papel de condicionar tais interações e avançam:

É possível conceber instituições que não sirvam diretamente como restrições às ações humanas. Seriam instituições destinadas a impor restrições sobre outras instituições, ou seja, são instituições que servem para regulamentar as restrições às ações humanas, servindo de parâmetro para a escolha de regras formais e informais.

Quanto às regras, elas operam predominantemente em nível macro, como a legislação que regula um país, e outras que operam em nível micro, como os regimentos internos de uma organização. Essa distinção é especialmente útil quando se pretende discutir as relações entre o Ambiente Institucional, Instituições e Governança, na qual a primeira privilegia a análise de macroinstituições, enquanto a segunda centra seu foco sobre microinstituições (Farina, Azevedo, & Saes, 1997).

Os estudos de North, somados aos de Williamson, Coase, Demsetz, Alchian, entre outros, deram origem a teoria da Nova Economia Institucional (Gala, 2003; *apud* Rutherford, 1994). Os indivíduos interagem por meio de regras como forma de superar a presença de incerteza e custos provenientes dessa interação (Custos de Transação), desse modo, surgem as instituições. O nível de abstração do conceito de instituição é alto, uma regra ou norma que rege a interação entre indivíduos pode ter infinitos significados. Para que o conceito seja útil e passível de estudo, North propõe reduzir o nível de abstração, tratando instituições de forma específica ao campo da economia, notadamente na intermediação de interações econômicas entre agentes, tendo um papel construtivo e não meramente restritivo no bojo dessas interações (Gala, 2003).

Para Gala (2003);

Originalmente, as organizações surgem do *framework* institucional de uma sociedade num momento do tempo. Dai por diante, passam a interagir com outras organizações, com as próprias instituições e com as tradicionais restrições da teoria econômica. Dessa interação resulta a *economic performance* das diversas sociedades, bem como sua evolução institucional.

Ilustração 1: Relação entre Economia, Ambiente Institucional e Arranjos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Nelson (2007), em seu trabalho *Institutions, Social Technologies and Economic Progress*, busca compreender o conceito de instituições e como elas influenciam no processo de desenvolvimento das economias e das sociedades. Nessa trajetória, o autor traz que entre os economistas institucionalistas a ideia mais amplamente aceita é que as instituições são entendidas como "as regras básicas do jogo" por meio do regime jurídico e aplicadas como normas (formais) e convenções (informais) que regulam o comportamento humano. Entre outras formas de entendimento acerca do conceito de instituições, Williamson (1975, 1985) define instituições como "estruturas governamentais", moldadas por aspectos da atividade econômica, como, por exemplo, as instituições financeiras de uma nação, ou, mesmo, a forma como as empresas são organizadas e gerenciadas. Embora os elementos discutidos estejam

conectados pela análise econômica, são tratados diferentemente pelos conceitos de Instituições e Organizações (Nelson, 2007).

4.1.3 Estruturas de Governança

O conceito de governança permeia as diferentes áreas das ciências sociais, como, por exemplo, nas relações internacionais, nas análises de política comparada (fenômenos políticos), em estudos de administração pública e políticas públicas. Em diferentes contextos, o termo assume distintas significações. Com o surgimento de novas instituições internacionais, e com as mudanças no papel das instituições já existentes, outros atores, além dos Estados nacionais, assumiram um papel importante no estabelecimento de normas e regras em escala global. Diversas abordagens competem sobre a ideia de governança, desde perspectivas baseadas na hipótese de que os Estados nacionais são os atores mais importantes no cenário internacional, até abordagens nas quais se questiona o papel dos Estados no estabelecimento das normas e regras na dinâmica política global (Capella, 2008).

O arcabouço da teoria neoclássica aponta o mercado como a única estrutura eficiente (ambiente) para a realização das transações econômicas, as firmas se ajustam e tomam decisões mediante as forças de mercado. Na busca por definição do conceito de Estrutura de Governança, têm-se, como origem, os estudos de Oliver Williamson (1985), na qual o termo é aprofundado e novas estruturas são passíveis de análise: Mercado, Hierarquia ou Híbrida. Estrutura de Governança, na visão do autor, é a forma como os arranjos institucionais se organizam e transacionam suas operações.

No texto de Fiani (2011) “*estrutura de governança é tida como a matriz institucional na qual as transações são negociadas e executadas*”. Em outro texto, Fiani (2013) apresenta a seguinte questão acerca do funcionamento das relações sociais, políticas e econômicas: o que é mais importante para o desenvolvimento, as políticas adotadas ou as instituições da sociedade? De forma intuitiva, aparenta que as duas dimensões (políticas e instituições) sejam importantes para a consecução do desenvolvimento.

Uma vasta literatura acerca do problema do desenvolvimento econômico tem se esforçado para definir qual dessas duas dimensões seria a mais importante para condicionar o sucesso do desenvolvimento. North (1981, 1990, 1999), Rodrik, Subramanian e Trebbi (2002), Rodrik (2005), North, Wallis e Weingast (2009), Acemoglu (2009) e Acemoglu e Robinson (2012) atribuem um papel decisivo às instituições na promoção do desenvolvimento. Autores como Qian (2003), Glaeser et al. (2004), Lee e Kim (2009) e

Henry (2009) buscam, por outro lado, um caminho variado, em que instituições e políticas são igualmente importantes, até a posição que defende a teoria de que o fator realmente determinante do desenvolvimento são as políticas adotadas (estruturas de governança) e não as instituições (Fiani, 2013).

Outra questão importante na análise consiste no modelo de administração das organizações. Correia e Amaral (2008, *apud* Fama e Jensen, 1983) argumentam que um sistema eficiente de controle implica a separação entre as fases de ratificação e monitoramento (função de controle da decisão) e as de iniciação e implementação (função de gerenciamento da decisão), que constituem o processo da tomada de decisão. O nível de eficiência das organizações provém, em grande parte, desse sistema de repartição do processo decisório, que visa reduzir ou controlar os problemas de agência, no entanto, a distribuição das decisões aos agentes com conhecimento gera problemas de agência, haja vista a natureza racional do comportamento humano pressuposta por essa teoria.

Os autores Eugene F. Fama e Michael C. Jensen (1983) apresentam um mecanismo de redução dos problemas decorrentes da delegação. Consiste em repartir as funções de gerenciamento e de controle das decisões entre diferentes agentes. Segundo esses autores, a eficiência de tais sistemas de decisão é reforçada não somente pelas estruturas de incentivo, que recompensam os agentes pelas decisões de iniciação e implementação, mas também pela ratificação e monitoramento do gerenciamento das decisões de outros agentes (Amaral e Correia, 2008).

4.1.4 Governança Corporativa e Teoria da Agência

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa relaciona o conceito de Governança Corporativa a conflitos inerentes à propriedade dispersa e à divergência entre os interesses dos sócios, executivos e o melhor interesse da empresa. As companhias modernas foram objeto de sensíveis transformações dado o acentuado ritmo de crescimento das atividades que promoveram uma readequação de sua estrutura de controle, decorrente da separação entre a propriedade e a gestão empresarial (IBGC, 2017).

Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2017),

Governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. A análise das práticas de

governança corporativa aplicada ao mercado de capitais envolve, principalmente: transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Correia e Amaral (2008) comentam que os estudos sobre Governança Corporativa ganharam espaço desde a publicação de *The modern corporation and private property*, dos autores Berle e Means (1933), expandido os propósitos, principalmente, após escândalos financeiros de importantes empresas globais que revelaram significativas fragilidades na gestão empresarial. À vista disto, a finalidade principal dos mecanismos de governança corporativa é resolver os conflitos de interesse entre os diversos agentes interessados em aumentar a eficiência da empresa (i.e. proprietários, administradores, colaboradores etc). Quando há separação entre a propriedade e a administração, surge o problema de agência que abrange os vários conflitos de interesses entre as partes envolvidas na governança da empresa. A teoria da agência apregoa que as divergências entre um principal (titular) e o agente têm origem no fato de que ambos desejam maximizar os seus benefícios, ou seja, tanto a parte contratante quanto a contratada maximizam as suas utilidades individuais gerando conflitos de agência (Correia & Amaral, 2008).

O conceito de agência foi introduzido na literatura das ciências econômica e política pelos autores Stephen Alan Ross e Barry Mitnick a partir de uma releitura conceitual da Teoria da Firma proposta pelos autores Coase (1937), Baumol (1959), Marris (1964), Williamson (1964), Alchian and Demsetz (1972), entre outros. O conceito teceu uma Teoria de Agência, definida como uma teoria econômica eficaz na análise de estruturas de gestão e elaboração de mecanismos de incentivos, capaz de minimizar a existência de conflitos de interesses nas relações sociais intrínsecas as instituições. A universalidade das relações sociais pode ser investigada por meio da perspectiva de análise da Teoria da Agência e sua aplicação se estende às diferentes escolas do conhecimento como ciências políticas, contabilidade, economia, finanças, organizações e sociologia (Mitnick, 2013); (Duarte, 2015). Para Eisenhardt (1989, *apud*, Dalmacio e Nossa, 2004) a teoria de agência é a relação que espelha a estrutura básica de *agency* de um principal e um agente, uma vez que, principal e agente estão engajados em um comportamento corporativo, porém, possuem diferentes metas e diferentes atitudes com relação ao risco e incentivos.

Ross (1973) e Mitnick (1974) conceberam seus estudos de forma independente, porém, na divulgação dos estudos, os conceitos basilares se mostraram similares por meio de diferentes pressupostos. Ross é o responsável pela origem da teoria econômica da agência e Mitnick pela teoria institucional da agência. As diferentes abordagens podem ser vistas como

complementares, visto que Ross introduziu o estudo da agência em termos de um dilema de contratos de compensação, ou, em suma, um problema de incentivo. Mitnick introduziu a visão em que as instituições se formam em torno da agência e evoluem para lidar com a agência em resposta à imperfeição das relações sociais, denominada relação agente-principal. Dessa forma, para o entendimento da problemática de agência, faz-se necessário delinear ambos os conceitos: os incentivos e as estruturas institucionais (Mitnick, 2013).

Para Duarte (2015), os estudos de Jensen e Meckling (1976) aprofundaram o conceito de agência no que concerne às dificuldades de se reconhecer os problemas de negligência e de implementação de adequados meios de monitoramento apresentado no artigo *Production, Information Costs, and Economic Organization*, dos autores, Alchian e Demsetz (1972). Visto que a teoria de agência leva em conta o desenvolvimento da firma como um instrumento polarizador das relações contratuais entre os envolvidos, os autores verificaram a existência de custos de agência que decorrem do fato de que, no mundo real, as informações e os interesses das partes são necessariamente assimétricos. Dessa forma, os custos de agência seriam os custos incorridos para o alinhamento de interesses entre partes inter-relacionadas.

Segundo os autores Machado, Fernandes e Bianchi (2016), com base nos estudos de Eisenhardt (1989) a problemática de informação incompleta, inerente ao custo de agência, ocorre ao “principal” na medida em que o “agente” assume a gestão das atividades organizacionais e, continuam, com base nos estudos de Hendriksen e Van Breda (1999), que ao “principal” é dificultada a visão e o conhecimento de todas as ações do “agente”, uma vez que as ações deste (agente) podem ser divergentes das preferidas por aqueles (principal). A assimetria informacional ocorre posteriormente ao contrato entre principal e agente e abrange aspectos como seleção adversa, risco moral, custos de transação e custos de agência. O risco moral surge (*apud* Martinez, 1998), quando o principal não é capaz de controlar todas as ações na gestão do agente e, a seleção adversa surge quando a informação não é igualmente distribuída entre as partes, agente-principal.

Assim, Correia e Amaral (2008) argumentam que um sistema eficiente de controle implica a separação entre as fases de ratificação e monitoramento (função de controle da decisão) e as de iniciação e implementação (função de gerenciamento da decisão), que constituem o processo da tomada de decisão. O nível de eficiência das organizações provém, em grande parte, desse sistema de repartição do processo decisório, que visa reduzir ou controlar os problemas de agência, no entanto, a distribuição das decisões aos agentes com conhecimento gera problemas de agência, haja vista a natureza racional do comportamento

humano pressuposta por essa teoria. O mecanismo apresentado pelos autores (com base nos estudos de Fama e Jensen, 1983) tem o intuito de reduzir os problemas decorrentes da delegação consiste em repartir as funções de gerenciamento e de controle das decisões entre diferentes agentes. Segundo esses autores, a eficiência de tais sistemas de decisão é reforçada não somente pelas estruturas de incentivo, que recompensam os agentes pelas decisões de iniciação e implementação, mas também pela ratificação e monitoramento do gerenciamento das decisões de outros agentes.

4.2 Considerações Finais do Segundo Artigo

Quando as instituições são difusas e não condizem com a realidade as relações entre os agentes se tornam obscuras e ineficientes. A ineficiência gera um ambiente de incerteza (econômica) e de desconfiança (social). O objetivo dessa revisão teórica foi discorrer sobre as Estruturas de Governança (gestão) e na tratativa da regulamentação institucional (Legitimação), buscou-se a compreensão acerca do funcionamento das relações socioeconômicas por meio do entendimento dos conceitos de Governança e Instituição (Ambiente Institucional e Arranjos Institucionais).

A base da Nova Economia Institucional (NEI) traz uma análise microanalítica, discutindo o desenho da firma e suas Estruturas de Governança por meio do entendimento das instituições envolvidas nos processos de gestão e nos modelos de interação entre os agentes econômicos. Discutiu-se que Governança não é o mesmo que governo e que ambos, Governança e Governo, referem-se a um comportamento alinhado por um objetivo, em atividades orientadas para metas, a sistemas de ordenação. Governo se trata de autoridade formal e Governança se apoia em objetivos comuns que derivam de responsabilidades legais e formalmente prescritas, porém, não há necessidade da força para que sejam aceitas e vençam possíveis resistências.

Neste estudo, o melhor uso do conceito de Governança girou em torno daquele que condiz com o entendimento econômico/organizacional relacionado à origem das organizações como trazido por Santos (2001), *incorporar questões relativas a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais, políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e pelas fronteiras do sistema econômico*. A partir desse entendimento, abre-se a “caixa preta das firmas” e deixa-se para trás a velha definição econômica onde *entram insumos e saem produtos por meio de processos inacessíveis a algum possível observador*. O que acontece dentro das organizações, como são estruturadas e controladas, tornou-se importante e objeto de estudo para compreender como as relações fluem do micro

para o macro e, o *good governace* está intrinsecamente relacionado com a formação de um ambiente institucional saudável e, por consequência, atrelada ao Desenvolvimento.

4.3 Bibliografia do Segundo artigo

- Amaral, H. F., & Correia, L. F. (2008). Arcabouço teórico para os estudos de Governança Corporativa: Os pressupostos subjacentes à Teoria da Agência. *Revista de Gestão USP*, pp. 1-10.
- Avelhan, B. L., & Zylbersztajn, D. (2012). Análise teórica acerca da efetividade das normas formais ambientais: A ótica da Nova Economia Institucional . *XV SemeAd*. São Paulo.
- Baumann, R. (2017). Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas? *Revista de Economia Política*, 37(2 (147)), pp. 287-303.
- Breitenbach, R., e Silva, A. d. (2009). Nova Economia Institucional: estado da arte nas aplicações ao rural. *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, (pp. 1-20). Campo Grande.
- Bueno, N. P. (2007). A Revolução de 1930: Uma sugestão de interpretação baseada na Nova Economia Institucional. *Estudos Econômicos: FEA-USP*, 37(2), pp. 435-455.
- Capella, A. C. (2008). Menos governo e mais governança? Repensando a lógica da ação estatal. *6º Encontro da ABCP*. Campinas: Unicamp.
- Comissão de Valores Mobiliários. (2017). CMV: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em 31/05/2017.
- Correia, L. F., & Amaral, H. F. (2008). Arcabouço teórico para os estudos de governança corporativa: Os pressupostos subjacentes à teoria da agência. *Revista de Gestão USP*, 15(3), 1-10.
- Dalmacio, F. Z., & Nossa, V. (2004). A Teoria de Agência aplicada aos fundos de investimento. *Brazilian Business Review*, 1, pp. 31-44.
- Davis, L., & North, D. (1970). Institutional change and american economic growth: A first step towards a theory of institutional innovation. *The Journal of Economic History*, 30(1), pp. 131-149.
- Dicio, D. O. (2017). <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 01/05/2017.
- Diniz, E. (1996). Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. *Revista do Setor Público*, 120(2), 5-21.

- Duarte, D. C. (2015). Conflito de agência no consórcio DPVAT: Uma análise à luz da Nova Economia Institucional sob a perspectiva da teoria da agência. *Dissertação (mestrado) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro.
- Eisenhardt, K. M. (2015). Teoria da Agência: Uma Avaliação e Revisão. *Revista de Governança Corporativa (Republicação de artigo originalmente publicado no Academy of Management Review, 1989)*, 2(1), 1-36.
- Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Separation of Ownership and Control. *Journal of Law and Economics, Corporations and Private Property*., 26(2), 301-325.
- Farina, E. M., Azevedo, P. F., & Saes, M. S. (1997). *Competitividade: mercado, estado e Organizações*. São Paulo: Editora Singular.
- Fiani, R. (2011). *Cooperação e Conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fiani, R. (2013). Arranjos Institucionais e Desenvolvimento: O Papel da Coordenação em Estruturas Híbridas. *Texto para discussão - IPEA*(1815), pp. 7-51.
- Gala, P. (2003). A teoria institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, 23(2), pp. 89-105.
- Godoi, C. K., Melo, R. B., & Silva, A. B. (2010). *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. (2ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Gonçalves, A. (2006). O conceito de governança. *XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA*.
- Griffith-Jones, S. (2014). A BRICS Development Bank: A dream coming true? *Discussion Papers*.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2017). IBGC: <http://www.ibgs.org.br/>. Acesso em 31/05/2017.
- Lopes, H. C. (2013). Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. *Revista de Economia Política*, 33(4), pp. 619-673.
- Machado, D. G., Fernandes, F. C., & Bianchi, M. (2016). Teoria da Agência e Governança Corporativa: Reflexão acerca da Subordinação da Contabilidade à Administração. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 4(10), 39-55.

- Menard, C., Saes, M. S., Silva, V. L., & Raynaud, E. O. (2014). *Economia das Organizações: Formas Plurais e Desafios*. São Paulo: Atlas.
- Mitnick, B. M. (1984). Agency Problems and Political Institutions. *Sixth Annual Research Conference of the Association of Public Policy Analysis and Management*.
- Mitnick, B. M. (2013). Origin of the Theory of Agency: An Account by One of the Theory's Originators.
- Nelson, R. (2007). Institutions, Social Technologies and Economic. *Globelics: Working Papers Series*.
- North, D. C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- North, D. C. (1991). Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, 5, pp. 97-112.
- Rosenau, J. N., & Czempiel, E.-O. (2000). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e UnB.
- Santos, M. H. (2001). Governabilidade, governança e capacidade governativa: algumas notas. *ENAP Texto para discussão*, pp. 1-20.
- Schumpeter, J. A. (1961). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* (Primeira edição brasileira ed.). (L. Schlaepfer, Trad.) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Silva, M. F. (2007). *Ética e economia. Impactos na política, no direito e*. Rio de Janeiro: Campus.
- Williamson, O. E. (2000). The New Institutional Economics: Taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, 38(3), pp. 595-613.
- Williamson, O. E. (2002). The Theory of the Firm as Governance Structure: From Choice to Contract. *Journal of Economic Perspectives*, 16 n. 3, pp. 171-195.

5. O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Após os referenciais teóricos sobre o fenômeno do Desenvolvimento e sobre os estudos do Ambiente Institucional como forma de estabelecimento de novas estruturas sustentadas por leis e normas que dão equilíbrios político e econômico, este terceiro artigo traz um estudo de caso da constituição e do modelo de gestão do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS com o objetivo de desvelar como os projetos foram selecionados e se estão alinhados ao propósito inicial de desenvolvedor de infraestrutura dos países membros. Lançado como banco de fomento, o órgão apresenta um discurso multilateral e renovador, que seja capaz unir forças para construir um cenário internacional diferente do coordenado pelas velhas instituições.

O tema BRICS foi escolhido pela atualidade do objeto e pela crescente importância econômica dos países-membros no cenário internacional, uma vez que juntos, o BRICS representa a 2ª maior economia mundial com PIB de US\$ 18,817 trilhões, 41,65% da população e 29,53% do território, mundiais (World Bank, 2018). Neste contexto, o Novo Banco de Desenvolvimento surge como uma nova configuração na estrutura financeira global historicamente de predominância dos países desenvolvidos. Ao longo dos anos, o modelo de gestão das principais organizações de fomento de cunho internacional constituiu um perfil conservador de predomínio de um grupo de países que precederam o processo de desenvolvimento, estabelecendo um cenário de desequilíbrios de representatividade, alvo de diversas críticas. O descontentamento por parte dos países emergentes abriu espaço para o diálogo sobre novas formas de cooperação comercial e financeira.

Tabela 1: Macro dados dos países membros - BRICS

Country	2017			2017			2017		
	GDP (current US\$) - 1000	% BRICS	% World	Population, total - 1000	% BRICS	% World	Land area (sq. km)	% BRICS	% World
Brazil	2.055.506	10,92%	2,55%	209.288	6,67%	2,78%	8.358.140	21,82%	6,44%
China	12.237.700	65,03%	15,17%	1.386.395	44,21%	18,41%	9.388.211	24,51%	7,24%
India	2.597.491	13,80%	3,22%	1.339.180	42,70%	17,78%	2.973.190	7,76%	2,29%
Russia	1.577.524	8,38%	1,96%	144.495	4,61%	1,92%	16.376.870	42,75%	12,62%
South Africa	349.419	1,86%	0,43%	56.717	1,81%	0,75%	1.213.090	3,17%	0,94%
BRICS	18.817.641	23,32%		3.136.076		41,65%	38.309.501		29,53%
World	80.683.787			7.530.360			129.733.173		

Fonte: Elaborado pelo autor com dados retirados do World Bank Data, 2018.

Em 2002, a Cidade de Monterrey, no México, sediou a Conferência que contou com a presença de mais de 50 Chefes de Estado e de Governo e mais de 200 ministros, além de dirigentes do setor privado e da sociedade civil, funcionários de alto nível de todas as

principais organizações financeiras, comerciais, econômicas e monetárias intergovernamentais. Nessa oportunidade foram discutidas questões relativas às finanças e ao desenvolvimento entre outros assuntos relacionados ao financiamento do desenvolvimento econômico. A conferência deu origem a um documento intitulado Consenso de Monterrey que resume as principais formas de luta contra a pobreza no mundo e traz um conjunto de iniciativas de diversos tipos, desde a formação de grupos de estudo e monitoramento ao estímulo a diversas iniciativas relacionadas com o financiamento de economias menos desenvolvidas, consideradas à luz dos compromissos assumidos naquela oportunidade (Baumann, 2017).

Em 2009, foi realizada a primeira cúpula do BRIC, ainda sem a presença da África do Sul, na cidade de Ecaterimburgo - Rússia. Em 2011, a África do Sul foi incorporada ao grupo formando o acrônimo BRICS. Diversas opiniões são lançadas em torno da formação, objetivos e do futuro das relações do BRICS. Reis (2013) comenta que há quem classifique o grupo como um novo centro de influência em uma estrutura multipolar de poder que passaria a reger a ordem internacional no século XXI; há quem questione o lugar (intento) desses países nessa nova estrutura de poder; há quem defenda que eles mudaram a perspectiva pela qual vemos o mundo; há aqueles que, com ceticismo, não vislumbram qualquer futuro para um grupo de países tão diversos histórica e culturalmente e com interesses econômicos por vezes conflitantes (Reis, 2013).

A importância de algumas economias em desenvolvimento no cenário global e a necessidade de sua participação de modo mais incisivo na governança explicam em grande medida a evolução recente das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e G-20. Para Baumann (2017):

A avaliação de que existe um excesso de demanda por recursos para investimento em infraestrutura que supera o potencial disponível nas instituições multilaterais existentes, a consideração de que a maior parte dos recursos disponíveis tem sido canalizada para projetos nos países avançados e a perspectiva de que não haverá em curto prazo aumento de capital nas principais instituições financiadoras levou à criação de novas organizações como o Banco dos BRICS.

A proposta de criação de um novo banco de desenvolvimento foi incorporada no Plano de Ação de Nova Deli e apresentada na IV Cúpula do BRICS (2012), realizada na cidade de Nova Deli-Índia. Conforme Esteves, Gomes e Torres (2016), a proposta da criação respondia à paralisação do processo de reforma das instituições financeiras internacionais e à escassez de recursos para o financiamento da infraestrutura em países em desenvolvimento. A criação do

banco de desenvolvimento foi o centro das discussões da V Cúpula do BRICS (2013), realizada na cidade de Durban-África do Sul, na qual foram debatidas as prioridades do Banco e as contribuições de cada membro fundador. O banco foi efetivamente criado na VI Cúpula do BRICS (2014), na cidade de Fortaleza-Brasil, com a assinatura do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento pelos cinco representantes dos governos de cada país membro. A VII Cúpula do BRICS (2015), na cidade de Ufa-Rússia, marca o início das operações do Banco (Schablitzki, 2014, *apud* Esteves, Gomes e Torres, 2016).

A criação dos novos bancos de desenvolvimento, Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e Banco Asiático para Investimento em Infraestrutura (AIIB), tem motivado um debate sobre se eles afetarão o funcionamento dos bancos de desenvolvimento existentes e, se eles contribuirão para estimular o desenvolvimento econômico em países de baixa renda. Baumann (2017) argumenta que é muito provável que os dois bancos, por razões técnicas e financeiras, trabalhem em conjunto com os bancos de desenvolvimento existentes, em vez de competir com eles.

O NDB eleva as expectativas quanto a se conseguir acesso a montantes expressivos de financiamento para projetos em território nacional, tanto para o Brasil quanto para os demais países participantes do grupo dos BRICS. Essa expectativa pode estar associada a uma visão de que o NDB operará de forma radicalmente distinta e desafiadora com relação a outros bancos de desenvolvimento, no entanto, a probabilidade de que isso venha a ocorrer não parece ser muito clara (Baumann, 2017).

Em julho de 2009, o Supremo Tribunal Federal do Brasil, o Supremo Tribunal da Federação da Rússia, o Supremo Tribunal da Índia e o Tribunal Popular Supremo da China, representados por seus respectivos Presidentes, Gilmar Mendes, Viatcheslav Mickhailovich Lebedev, Konakuppakatil Gopinathan Balakrishnan e Wang Shengjun assinaram um protocolo de intenções formalizando a recíproca vontade de consolidar e intensificar ações, programas e demais mecanismos e instrumentos voltados à cooperação entre as cortes supremas, de maneira a aprofundar o Estado Democrático de Direito, o respeito aos Direitos Humanos e a Independência Judicial, manifestado pelas partes, de aproximação entre seus respectivos sistemas jurídicos e legais no âmbito do Fórum BRIC (STF, 2009).

O protocolo foi assinado com a finalidade de iniciar o diálogo e cooperação entre os países participantes no sentido de ampliar o conhecimento recíproco dos judiciários. No texto, o protocolo traz quatro cláusulas integrando o Objeto, as Obrigações, a Execução e a Vigência:

Cláusula Primeira: Do Objeto, o Protocolo tem por objeto fixar as linhas gerais de atuação no *mister* de, mediante cooperação recíproca, estabelecer o intercâmbio de informações e procedimentos afetos aos sistemas judiciários do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, assim como divulgar tais atividades no âmbito das respectivas competências.

Cláusula Segunda: Das Obrigações, as partes se comprometem a colaborar ampla e diretamente por meio de troca de experiências e documentos incluindo material bibliográfico, estudos, avaliações estatísticas e outros que sejam de interesse a fomentar o conhecimento recíproco de seus respectivos sistemas jurídicos.

Cláusula Terceira: Da Execução, as Partes promoverão a execução conjunta de iniciativas de cooperação de interesse mútuo. O Protocolo não gera novas obrigações jurídicas internacionais, visto que se alicerça na vontade e no esforço comum de, por meio do conhecimento recíproco, ensejar soluções ágeis e efetivas para problemas semelhantes que dificultem ou reduzam a eficácia da plena atuação da Justiça nos Países signatários. O Protocolo poderá ser emendado a qualquer tempo, mediante termo aditivo. As controvérsias decorrentes do que estabelecido neste Protocolo serão dirimidas, de comum acordo, pelas Partes.

Cláusula Quarta: Da Vigência, O Protocolo entrou em vigor imediatamente após sua assinatura e manter-se-á pelo tempo que as partes signatárias entenderem por bem.

O NDB foi formalizado pelos representantes dos países membros em 15 de julho de 2014, na oportunidade da VI Cúpula do BRICS por meio do documento intitulado *Agreement on the New Development Bank*. No Brasil, com base na constituição vigente de 1988, artigo 49 Inciso I (vide anexo), é de competência do Congresso Nacional *resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional*. O texto do Acordo foi aprovado e publicado por meio do Decreto 8.624 de 29 de dezembro de 2015 (vide anexo).

Coletivamente, o BRICS reconhece que o estabelecimento de tal organização reflete uma maior aproximação, fornecendo um instrumento importante na ampliação da cooperação econômica dos países membros (New Development Bank, 2016). Para Lixing (2014), O NDB não tem a intenção de ser uma “cópia” dos bancos de desenvolvimento atuais. Tem como compromisso projetar e construir um novo sistema financeiro internacional com base nas lições da recente crise financeira global e o intuito de tornar-se uma instituição financeira de

desenvolvimento em destaque, construindo parcerias com outras instituições financeiras internacionais no esforço de transformar as oportunidades em realidade.

O estabelecimento de um mecanismo de investimento com gerência de negociação e cooperação entre os países do BRICS trará mais recursos e impulsionará a cooperação Sul-Sul. A disponibilidade de reservas cambiais dos países do BRICS, integradas e combinadas, será capaz de estabelecer um novo modelo de instituição financeira e promoverá o estabelecimento de uma nova ordem financeira internacional. No atual sistema financeiro global, o estabelecimento de um banco de desenvolvimento integrado poderia alçar os países do BRICS e outros países em desenvolvimento a um patamar mais elevado de cooperação muito além do existente. Em outras palavras, maximizará os interesses de todos os países e promoverá o desenvolvimento mundial sustentável de forma a solucionar questões globais urgentes de nossos tempos (Lixing, 2014).

O NDB tem o propósito de complementar os recursos de outros bancos multilaterais, regionais e nacionais de desenvolvimento, tendo em vista o hiato significativo entre os recursos disponíveis para o financiamento da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável e as crescentes demandas enfrentadas por esses países. O NDB poderá financiar projetos tanto do setor público como do setor privado e poderá utilizar ampla gama de instrumentos financeiros, incluindo empréstimos, garantias e investimentos em *equity*. A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda é o ponto focal do Brasil para tratar do relacionamento com o NDB. O Ministro de Estado da Fazenda representa o país como governador na estrutura de governança do banco, e o secretário de Assuntos Internacionais é o Diretor não residente do Brasil. (Ministério da Fazenda, 2018).

Na apresentação do primeiro relatório anual (2016), o presidente do NDB Kundapur Vaman Kamath comenta que desde o início, o NDB tem concentrado os esforços na construção de uma base sólida, estabelecendo todas as áreas funcionais do Banco e formulando políticas e medidas administrativas decisivas. Durante o exercício de 2016, teve-se o início das operações de empréstimo do banco numa jornada rumo à implementação da visão dos países membros de financiar a infraestrutura e o desenvolvimento sustentável com a aprovação do primeiro empréstimo em Renminbi para o Projeto Solar do Shanghai Lingang Rooftop.

Espera-se que o mundo ainda enfrente mais mudanças dramáticas à medida que a tecnologia modifica os modelos de negócios tradicionais. Na atualidade, o mundo está à beira do que tem sido muitas vezes dito como a Quarta Revolução Industrial. A primeira revolução

foi causada pelo uso do vapor. A segunda foi causada pelo uso de energia elétrica. A terceira é a revolução digital, que inclui o uso de eletrônicos e tecnologia da informação. A Quarta Revolução, que já está sobre nós, é provocada pela combinação de sistemas digitais e físicos, incluindo o uso exponencial da automação, inteligência artificial e realidade virtual (New Development Bank, 2016).

O atual presidente do NDB K. V. Kamath (2016) finaliza o primeiro relatório anual com a mensagem:

O Novo Banco de Desenvolvimento entra nesse novo mundo impressionante e desafiador com uma meta clara de contribuir para o sucesso de seus países membros. Nessa colaboração, acreditamos que é crucial combinar a energia e a inovação da juventude com a experiência e a sabedoria da idade.

5.1 Os Direcionamentos do NDB

A crise financeira de 2007-2008 demonstrou a urgente necessidade de mudanças na organização e funcionamento do sistema financeiro internacional. Países tidos como alicerces da estrutura financeira global duramente foram abatidos pelo descontrole institucional causado pela voracidade da desregulamentação dos mercados. A considerável importância de algumas economias em desenvolvimento no cenário global e a necessidade da participação de modo mais incisivo na governança explica, em grande medida, a evolução recente das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio, a formação do G-20 e a criação dos BRICS, entre outras iniciativas (Baumann, 2017).

Para superar os impasses e aumentar a legitimidade da arquitetura existente, o BRICS persegue dois objetivos que não são mutuamente excludentes. O primeiro tem o foco central na forma de agir dentro do sistema, isto é, usar sua filiação em instituições estabelecidas para pressionar por reformas estruturais. A segunda estratégia implica a criação de novas instituições, de modo a aumentar a pressão pela reforma das instituições estabelecidas - ou, em certos casos, contorná-las completamente (New Development Bank, 2016).

Ilustração 1: Caminho de formação do NDB

Fonte: Adaptado de BREITENBACH e SILVA, 2009.

A estrutura decisória do Banco compõe-se de um Conselho de Governadores, um Conselho de Diretores, um Presidente e quatro Vice-Presidentes. Atualmente, o presidente do NDB é indiano; o presidente do Conselho de Governadores, russo; e os presidente e vice-presidente do Conselho de Diretores são brasileiros (o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e o Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, respectivamente). No período 2014-2017, o economista Paulo Nogueira Batista Junior assumiu a vice-presidência atribuída ao Brasil. Atualmente, o economista e diplomata

Sarquis José Buainain Sarquis assume o cargo de vice-presidente brasileiro (Ministério das Relações Exteriores, 2018).

Paulo Nogueira Batista Jr (2016) respondeu à revista Estudos Avançados que a ideia de criação do banco foi da Índia. A iniciativa de criar o NDB tem um aspecto geopolítico e reflete a insatisfação do BRICS com as instituições multilaterais existentes, que demoram a se adaptar ao século XXI e a dar suficiente poder decisório aos países em desenvolvimento. O NDB não substitui o Banco Mundial e outras instituições já estabelecidas, o banco está apenas começando e só nos médios e longos prazos alcançará um volume expressivo de operações. O papel do NDB é complementar os esforços das instituições existentes no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável (Batista Jr, 2016).

Pode-se ver também no relatório anual do NDB (2016) que a proposta do Novo Banco de Desenvolvimento é:

mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, complementando os esforços existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento e desenvolvimento globais.

5.2 Investimento e Seleção de Projetos

O NDB iniciou as operações com um capital autorizado de US\$ 100 bilhões. Desse valor, o capital subscrito é de US\$ 50 bilhões e US\$ 10 bilhões disponível em outros bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs). Os cinco membros fundadores possuem o mesmo valor de contribuição de capital e mesmo poder de voto nas decisões. O acordo constitutivo do NDB estabelece diretrizes gerais para a entrada de novos membros, qualquer país membro das Nações Unidas poderá se tornar membro do banco, os países fundadores manterão conjuntamente poder de voto de pelo menos 55%, nenhum outro país poderá individualmente deter poder de voto acima de 7% do poder de voto total e países desenvolvidos somente poderão aceder ao banco na condição de membros não tomadores de empréstimos, como é prática em bancos de desenvolvimento e sua participação conjunta não poderá exceder 20% do poder de voto total. (New Development Bank, 2018) (Ministério das Relações Exteriores, 2018).

Na estrutura de governança, o NDB opera sob a supervisão do Conselho de Governadores e do Conselho de Diretores. O topo da estrutura é composto pelo presidente e quatro vice-presidentes. No apoio, têm-se um Comitê de *Compliance*, uma equipe de Risco,

Auditoria, Orçamento e um comitê financeiro que reporta diretamente para a presidência e vice-presidência. O Conselho de Governadores é a última instância de decisão do banco. Cada país membro nomeia um vice-presidente, um governador e um governador Suplente. A cada ano, o Conselho de Governadores elege um dos governadores para atuar como presidente do Conselho. O Conselho de Governadores realiza ao menos uma reunião anual, podendo, em algum momento, ser convocado pelo Conselho de Diretores. O Conselho de Diretores é responsável pelas operações do banco, incluindo decisões estratégicas empresarial, estratégias nacionais, empréstimos, garantias, investimentos de capital, procedimentos operacionais, assistência técnica entre outras operações do banco. (New Development Bank, 2016).

O portal do NDB disponibiliza as informações de vinte e dois projetos em execução, 20 aprovados no período 2016-2018 (anexo). Faz-se necessário analisar como os projetos foram selecionados e onde foram aplicados. Pode-se ver que os projetos do NDB são realizados em parceria com governos, bancos nacionais e empresas privadas, totalizando US\$ 8,474 bilhões, US\$ 4,913 bilhões financiados pelo NDB, representando 58% do total investido. Dos vinte projetos selecionados, sete foram aplicados nas áreas de infraestrutura urbana (principalmente na área de transporte), seis foram aplicados ao setor de energia renovável (solar, eólica), três foram aplicados nas áreas de tratamento de água e esgoto (saneamento básico). A forma como esses projetos foram selecionados pela equipe do NDB, escolheu-se X a Y, não está disponível nos documentos acessados pelo portal do banco. Tem-se, à vista, que o banco segue a linha de fomento em infraestrutura e tecnologias sustentáveis, porém algumas informações ainda são restritas ao banco assim como acontece em outros bancos de desenvolvimento.

5.3 Análise dos Projetos Selecionados

Três projetos foram aplicados no Brasil. Um em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um em parceria com o governo do Pará e outro com o governo do Maranhão, totalizando US\$ 915,0 milhões, US\$ 421,0 milhões investidos pelo NDB, representa 46% do total do projeto.

Tabela 2: Projetos Brasil

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower
1	BNDES	Brazil	2017	600.000	300.000	50%	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
2	Pará Sustainable Municipalities Project	Brazil	2018	125.000	50.000	40%	Government of the State of Pará
3	Maranhão Road Corridor – South North Integration	Brazil	2018	190.000	71.000	37%	Government of the State of Maranhão
				915.000	421.000	46%	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados retirados do portal do NDB, 2018.

Em parceria com o BNDES, o NDB desembolsou US\$ 300,0 milhões, US\$ 67,3 milhões já liberados para a construção de seis parques de energia eólica nos estados do Piauí e de Pernambuco. Eles integram o Complexo Eólico Araripe 3, do Grupo Casa dos Ventos, composto, no total, de 14 parques, nos municípios de Simões e Currais Novos (PI) e Araripina (PE). Ao todo, o complexo terá capacidade instalada de 358 megawatts, por meio de 156 turbinas geradoras de energia (BNDES, 2018).

Os projetos aplicados nos estados do Maranhão e do Pará foram aprovados em março de 2018, em parceria com a Corporação Andina de Fomento (CAF). O Projeto de Integração Norte-Sul, do Maranhão, visa ao aperfeiçoamento da logística de escoamento da produção agrícola do sul do estado e estados vizinhos em direção ao Porto do Itaqui. O valor total do projeto é de US\$ 190 milhões, sendo US\$ 71 milhões do NDB. O Projeto Municípios Sustentáveis, do Pará, tem por objetivo a pavimentação e a drenagem de vias urbanas, a construção de aterros sanitários e a instalação de cabos de fibra ótica no estado. O custo total do programa foi estimado em US\$ 125 milhões, sendo US\$ 50 milhões do NDB (Itamaraty, 2018).

Em maio de 2018, o NDB aprovou o primeiro financiamento direto a empresa no Brasil sem garantia soberana. Refere-se a um projeto da Petrobrás no valor de US\$ 200 milhões, aplicado à construção de sistemas de drenagem e instalações de tratamento de gás e recuperação de enxofre em duas refinarias da empresa. O projeto está em linha com a prioridade do NDB de apoiar projetos de infraestrutura sustentável e resultará na redução das emissões de óxido sulfúrico, implantação de infraestrutura para segregar águas pluviais e rejeitos hídricos da refinaria e na redução de emissões de dióxido sulfúrico (Itamaraty, 2018).

Tabela 3: Projetos China

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower
1	Lingang	China	2016	115.000	81.000	70%	The People's Republic of China
2	Pinghai	China	2016	739.040	298.000	40%	The People's Republic of China
3	Hunan	China	2017	465.000	300.000	65%	The People's Republic of China
4	Jiangxi	China	2017		200.000		The People's Republic of China
5	Chongqing Small Cities Sustainable Development	China	2018	568.500	300.000	53%	The People's Republic of China
				1.887.540	1.179.000	62%	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados retirados do portal do NDB, 2018.

O NDB aprovou cinco projetos em parceria com o governo chinês. Em 2016, foi liberado dois bilhões de renminbi (US\$ 298,0 milhões) para projeto de energia eólica da baía de Putian Pinghai, na província de Fujian. O projeto está na segunda fase (250 MW) e tem uma das maiores capacidades instaladas entre projetos com design similar na China. Estima-se gerar 873 milhões de kWh de eletricidade por ano e evitará a emissão de 869.900 toneladas de dióxido de carbono por ano (New Development Bank, 2018).

O primeiro-ministro adjunto de finanças do governo chinês Shi Yaobin (2017), disse em entrevista que os empréstimos do NDB são necessários principalmente nas áreas de subsistência da população, na proteção ambiental e geração de energia renovável e, cita o projeto de energia eólica em Fujian, o programa de controle de inundações em Hunan e o projeto de desenvolvimento de baixo carbono verde em Jiangxi, que, em suas palavras, *estamos trabalhando para estabelecer um novo modelo (orientação) para o futuro do banco* (China.org, 2017).

O projeto de Lingang (US\$ 81,0 milhões) tem por objetivo reduzir a emissão de carbono (73.000 toneladas) e promover o desenvolvimento de energias renováveis utilizando a tecnologia de energia solar fotovoltaica no topo de construções da área Industrial de Xangai. O projeto terá capacidade de fornecer eletricidade gerada por energia solar fotovoltaica de 100 MW, com 1.155 horas de geração efetiva por ano. Com o benefício de geração de eletricidade próximo aos consumidores, o projeto reduzirá os custos por perdas na transmissão de eletricidade de províncias aos redores de Xangai.

Tabela 4: Projetos Índia

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower
1	Canara	India	2016	500.000	250.000	50%	Canara Bank
2	Madhya Pradesh	India	2016	500.000	350.000	70%	Government of India
3	MP Water	India	2017	670.000	470.000	70%	Government of India
4	Rajasthan Water	India	2017	495.000	345.000	70%	Government of India
5	Bihar Rural Roads Project	India	2018	500.000	350.000	70%	The Republic of India
				2.665.000	1.765.000	66%	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados retirados do portal do NDB, 2018.

O sistema do Canal Indira Gandhi foi projetado como um dos maiores sistemas de irrigação para transportar cerca de oito milhões de acres de água excedente dos rios Ravi e Beas para as áreas áridas do estado de Rajasthan. O objetivo do projeto é reabilitar o sistema do Canal Indira Gandhi para evitar infiltrações, conservar a água e melhorar a eficiência do uso da água. O Projeto melhorará a utilização da capacidade do sistema de irrigação por meio de melhorias do canal, reabilitação de áreas inundadas, promoção de micro-irrigação e reforma das instalações atuais. O Projeto também fornecerá apoio técnico às associações locais de usuários de água com o intuito de otimizar as operações de irrigação na área do Projeto. Com este projeto, tanto as instalações de água potável como as de água de irrigação serão recuperadas.

O objetivo do Projeto Bihar é ajudar o estado na melhoria de infraestrutura (conectividade) de transporte por meio da construção de estradas rurais com extensão total de 4.000 km, espalhando-se por 26 distritos no estado. O NDB apoiará o Projeto por meio de um mecanismo de financiamento *Multi-Tranche* com um valor total de US\$ 350 milhões. As estradas rurais propostas no projeto do NDB foram selecionadas no âmbito do Programa Mukhya Mantri Gram Sampark Yojana pelo Governo de Bihar, usando uma matriz de priorização com parâmetros de inclusão da população local, tráfego na estrada, conectividade com rodovias nacionais, rodovias estaduais e rodovias distritais, além da conectividade com centros socioeconômicos e sedes distritais.

Tabela 4: Projetos Rússia

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower
1	EDB/IIB	Russia	2016	161.900	100.000	62%	Eurasian Development Bank; International Investment Bank
2	Judicial Support	Russia	2017	601.000	460.000	77%	Government of Russian Federation
3	Ufa Eastern Exit	Russia	2017	700.800	68.800	10%	Government of Russian Federation
4	Volga	Russia	2018	400.000	320.000	80%	Government of Russian Federation
5	Small Historic Cities	Russia	2018	275.000	220.000	80%	Government of Russian Federation
				2.138.700	1.168.800	55%	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados retirados do portal do NDB, 2018.

O NDB aprovou dois empréstimos em parceria com o Banco de Desenvolvimento da Eurásia (EDB) e o Banco Internacional de Investimentos (IIB) em projetos de energia renovável. Os dois empréstimos financiarão o projeto Nord-Hydro para aumentar o fornecimento de energia na região da Carélia por meio de recursos de energia renovável. O projeto é apoiado pelo governo russo com tarifas subsidiadas. Com esse projeto, uma pequena barragem e duas usinas hidrelétricas serão construídas, proporcionando uma capacidade instalada total de 49,8 MW e uma linha de transmissão de energia de 220 kV de 10 km de extensão.

O projeto *Judicial Support* visa melhorar a proteção de direitos e interesses legais de cidadãos e organizações por meio do desenvolvimento de infraestrutura judicial e implementação de modernas tecnologias de informação e comunicação. O NDB fornecerá ao Projeto por meio de um empréstimo soberano no valor de até US\$ 460 milhões. O empréstimo será usado para atualizar a infraestrutura física e integrar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação, com um foco principal no desenvolvimento institucional e na realização da justiça digital. Espera-se que o Projeto tenha efeitos estruturais de longo prazo na infraestrutura social do país, melhorando a infraestrutura para cidadãos e na geração de negócios.

Na área do turismo, o projeto tem foco na conservação e desenvolvimento de heranças culturais e funcionalidades urbanas com o intuito de dar suporte ao desenvolvimento socioeconômico em pequenas cidades históricas da Rússia. O NDB apoiará o projeto por

meio de um empréstimo soberano no valor de até US\$ 220 milhões. Nove pequenas cidades históricas estão distribuídas em sete localidades da federação russa e são dotadas de grande riqueza cultural, diversos monumentos históricos, arquitetura russa antiga e paisagens naturais cênicas. O número de monumentos históricos em uma cidade participante varia de 70 a 500, o que permite a visita de 30.000 a 800.000 turistas por ano.

Tabela 5: Projetos África do Sul

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower
1	ESKOM	South Africa	2016	225.000	180.000	80%	Eskom Holdings State-Owned-Company Limited
2	Durban Container Terminal Berth Reconstruction	South Africa	2018	643.000	200.000	31%	Transnet State Owned Company Ltd
				868.000	380.000	44%	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados retirados do portal do NDB, 2018.

No Porto de Durban, o objetivo do projeto é apoiar o desenvolvimento da infraestrutura marítima e terrestre do terminal de contêineres de Durban. O NDB fornecerá o valor de US\$ 200 milhões e, o projeto tem o intuito de expandir e modernizar as instalações existentes e permitir melhorias na operação. O projeto também prevê melhorias que possam se adaptar às tendências globais da indústria naval. O investimento permitirá que o Porto de Durban aceite embarcações maiores com tonelagem bruta de mais de 100.000 toneladas ou capacidade de 9.000 TEUs (*Twenty-feet Equivalent Unit*)³. Os três ancoradouros existentes no terminal de contêineres de Durban serão alongados e aprofundados para criar *slots* adicionais para atracação de navios de contêineres maiores. Com a possibilidade de receber navios maiores, o porto se enquadrará na tendência da indústria marítima global de navios *Post-Panamax* que atendem os melhores portos do mundo.

O projeto Eskom tem como objetivo o desenvolvimento de energias renováveis e redução da dependência do país na queima de combustíveis fósseis. O NDB financiará US\$ 180,0 milhões no projeto de energia renovável e aumento da rede de transmissão da Eskom para a área de Soweto. Os subprojetos atuais incluem a integração de sete projetos de energia renovável com produtores de energia independentes, a integração do projeto (Uppington) preve a construção de linhas de transmissão e subestação para a área de Soweto e a construção de

³ Abreviatura de unidade equivalente a vinte pés. Uma medida padrão para contêineres utilizados em transporte de mercadorias (Cambridge Dicionário de Inglês para Negócios, 2018).

linhas de transmissão para Ankerlig-Sterrekus. Futuros subprojetos serão propostos pela Eskom, sujeitos aos critérios de seleção e aprovação do NDB

5.4 Considerações finais

A presente dissertação teve como objetivo discorrer sobre o conceito de Desenvolvimento mediante a harmonia e o conflito intrínsecos ao processo das relações sociais. Três atributos foram apresentados e discutidos: o Desenvolvimento, o Ambiente Institucional e Órgãos de Fomento, representado aqui pelo Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. A linha de raciocínio percorre o caminho da esfera micro para a esfera macro, criando uma relação de causa-consequência na qual o simples discurso pode ser facilmente questionado pela falta de resultados concretos e pela percepção negativa acerca dos fatos.

Foi dito que o Desenvolvimento é um fluxo dos eventos ocorridos no desenrolar do processo histórico das sociedades dado por ciclos de evolução ou declínio e tem o poder transformador das sociedades e dos indivíduos. Já o Ambiente Institucional abrange a forma como os agentes se inter-relacionam, criando regras formais e informais que regem os sistemas de interações econômicas, políticas e sociais na tentativa de neutralizar as barbáries provindas da natureza humana, como guerras, escravidão e mesmo a degradação constante da natureza. O Ambiente Institucional é passível de Desenvolvimento quando estabelece um cenário propício ao crescimento econômico em conformidade com a ampla geração de bem estar social. A democracia, as liberdades individuais, o respeito ao meio ambiente, a responsabilidade social por meio do acesso às necessidades básicas devem ser exercidas diariamente e, na falta, faz-se necessário estímulos capazes de contornar tal deficiência.

É dever dos órgãos e bancos de fomento encontrar meios de combate aos desvios sociais e as ineficiências econômicas. Órgãos e bancos de fomento devem, em tese, ter um tom neutro e conciliador que, por meio de programas, buscam estimular e reproduzir políticas eficazes que levam ao avanço socioeconômico. Nessa trajetória, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), criado em julho de 2014, surge como uma alternativa de renovação na busca por equilíbrio nas decisões de cunho internacional. O NDB iniciou as operações com um capital autorizado de US\$ 100 bilhões. Desse valor, o capital subscrito é de US\$ 50 bilhões e US\$ 10 bilhões disponível em outros bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs). Os cinco membros fundadores possuem o mesmo valor de contribuição de capital e mesmo poder de voto nas decisões.

No portal do NDB, tem-se acesso as informações de 20 projetos aprovados no período de 2016-2018. Como apresentado, os projetos estão em linha com o discurso do banco, provedor de recursos financeiros na construção e recuperação de infraestrutura dos países membros. Os projetos aprovados se estendem aos setores de energia renovável, transporte, agricultura, melhoria urbana, acesso a saneamento básico, entre outros, totalizando um investimento de US\$ 8,474 bilhões, US\$ 4,913 bilhões foi desembolsado com recursos do NDB e atrelado por investimentos soberanos com baixo risco de *default*.

No período de elaboração desta dissertação, na busca por informações e dados que complementem o intuito de encontrar uma linha de raciocínio que ligue Desenvolvimento, Ambiente Institucional e o Novo Banco de Desenvolvimento apenas um evento soou de forma negativa e refere-se à demissão do vice-presidente do NDB Paulo Nogueira Batista Júnior quando este faz duras críticas ao atual presidente da república Michel Temer. Apesar de um evento pontual, o ocorrido demonstrou o peso em que o “viés político” recai no funcionamento das relações político-econômico e, de alguma forma, fere o modelo de governança do NDB.

Na análise, a forma como esses projetos foram selecionados pela equipe do NDB, escolheu-se X a Y, não está disponível nos documentos acessados pelo portal do banco. Tem-se, à vista, que o banco segue a linha de fomento em infraestrutura e tecnologias sustentáveis, porém algumas informações ainda são restritas ao banco assim como acontece em outros bancos de desenvolvimento. Apesar do curto período de operação, o NDB se demonstra alinhado com os sérios problemas da atualidade (pobreza extrema, desigualdades de acessos básicos, ineficiência produtiva por falta de infraestrutura etc.) e cumpre seu papel de fomentador dos países descobertos pela linha tradicional de países desenvolvidos.

Para estudos futuros, deixa-se a sugestão para o aprofundamento da análise de como o viés político influencia na gestão e seleção dos projetos. Para tanto, é preciso ter acesso interno às operações do NDB traçando o perfil dos envolvidos na alta gestão (presidente, vice-presidente e diretores) e como estes são nomeados aos cargos. Outra questão importante é referida ao peso da China na gestão do NDB dado o poderio econômico chinês com US\$ 3,1 trilhões em reservas internacionais.

6. BIBLIOGRAFIA

- Aghion, B. A. (1999). Development banking. *Journal of Development Economics*, 58, pp. 58-100.
- Amaral, H. F., & Correia, L. F. (2008). Arcabouço teórico para os estudos de Governança Corporativa: Os pressupostos subjacentes à Teoria da Agência. *Revista de Gestão USP*, pp. 1-10.
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento, um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Centro de Estudos Africanos do ISCTE*.
- Avelhan, B. L., & Zylbersztajn, D. (2012). Análise teórica acerca da efetividade das normas formais ambientais: A ótica da Nova Economia Institucional . *XV SemeAd*. São Paulo.
- Batista Jr, P. N. (2016). BRICS – Novo Banco de Desenvolvimento. *Estudos Avançados*, 30(88), 179-184.
- Baumann, R. (2017). Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas? *Revista de Economia Política*, 37(2 (147)), pp. 287-303.
- BNDES. (2018). Acesso em 27 de 06 de 2018, disponível em Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: <https://www.bndes.gov.br/>
- Bonente, B. I., & Almeida Filho, N. (2008). Há uma Nova Economia do Desenvolvimento? *Revista de Economia*, 34(1), 77-100.
- Breitenbach, R., & Silva, A. d. (2009). Nova Economia Institucional: estado da arte nas aplicações ao rural. *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, (pp. 1-20). Campo Grande.
- Bresser-Pereira, L. C. (2003). Os dois métodos da teoria econômica. *Encontro Nacional de Economia Política*. Florianópolis: Fundação Getúlio Vargar.
- Bresser-Pereira, L. C. (2014). Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. *Lua Nova. Lua Nova: Revista de Cultura e Política*(93), 33-60.
- Bueno, N. P. (2007). A Revolução de 1930: Uma sugestão de interpretação baseada na Nova Economia Institucional. *Estudos Econômicos: FEA-USP*, 37(2), pp. 435-455.

- Capella, A. C. (2008). Menos governo e mais governança? Repensando a lógica da ação estatal. *6º Encontro da ABCP*. Campinas: Unicamp.
- China.org. (2017). *China.org.cn*. Acesso em 1 de 07 de 2018, disponível em China.org.cn: www.china.org.cn
- Corporativa, I. B. (2017). Acesso em 31 de 05 de 2017, disponível em IBGC: <http://www.ibgc.org.br/>
- Correia, L. F., & Amaral, H. F. (2008). Arcabouço teórico para os estudos de governança corporativa: Os pressupostos subjacentes à teoria da agência. *Revista de Gestão USP*, 15(3), 1-10.
- Costa, D. R., Chaddad, F. R., & Azevedo, P. F. (2012). Separação entre propriedade e decisão de gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50(2).
- Dalmacio, F. Z., & Nossa, V. (2004). A Teoria de Agência aplicada aos fundos de investimento. *Brazilian Business Review*, 1, pp. 31-44.
- Davis, L., & North, D. (1970). Institutional change and american economic growth: A first step towards a theory of institutional innovation. *The Journal of Economic History*, 30(1), pp. 131-149.
- Dicio, D. O. (2017). <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 01/05/2017.
- Diniz, E. (1996). Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. *Revista do Setor Público*, 120(2), 5-21.
- Duarte, D. C. (2015). Conflito de agência no consórcio DPVAT: Uma análise à luz da Nova Economia Institucional sob a perspectiva da teoria da agência. *Dissertação (mestrado) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas*. Rio de Janeiro.
- Eisenhardt, K. M. (2015). Teoria da Agência: Uma Avaliação e Revisão. *Revista de Governança Corporativa (Republicação de artigo originalmente publicado no Academy of Management Review, 1989)*, 2(1), 1-36.
- Esteves, P., Gomes, G. Z., & Torres, G. (2016). Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento. *Quarterly Brief*, V. 6; N. 3, pp. 1-18.
- Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Separation of Ownership and Control. *Journal of Law and Economics, Corporations and Private Property*, 26(2), 301-325.

- Farina, E. M., Azevedo, P. F., & Saes, M. S. (1997). *Competitividade: mercado, estado e Organizações*. São Paulo: Editora Singular.
- Ferraro, J. L. (2016). Durkheim, educação e sociologia. *Revista Educação Por Escrito*, 7(1), 124-131.
- Fiani, R. (2011). *Cooperação e Conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fiani, R. (2013). Arranjos Institucionais e Desenvolvimento: O Papel da Coordenação em Estruturas Híbridas. *Texto para discussão - IPEA*(1815), pp. 7-51.
- Filloux, J.-C. (2010). Émile Durkheim. In: É. Durkheim, *Textos extraídos de DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia*. (C. d. Carvalho, & M. H. Russo, Trans.). Recife: Massangana.
- Gala, P. (2003). A teoria institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, 23(2), pp. 89-105.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6º ed.). São Paulo: Atlas.
- Godoi, C. K., Melo, R. B., & Silva, A. B. (2010). *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. (2ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Gonçalves, A. (2006). O conceito de governança. *XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA*.
- Griffith-Jones, S. (2014). A BRICS Development Bank: A dream coming true? *Discussion Papers*.
- Itamaraty. (2018). Acesso em 31 de 07 de 2018, disponível em Itamaraty-BRICS: <http://brics.itamaraty.gov.br>
- Lixing, Z. (2014). Preliminary study on the operating model of the BRICS Development Bank. *BRICS and Africa: Partnership for development, integration and industrialisation*, pp. 60-65.
- Lopes, H. C. (2013). Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. *Revista de Economia Política*, 33(4), pp. 619-673.
- Machado, D. G., Fernandes, F. C., & Bianchi, M. (2016). Teoria da Agência e Governança Corporativa: Reflexão acerca da Subordinação da Contabilidade à Administração. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 4(10), 39-55.

- Martes, A. C. (2010). Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, 30(2), 254-270.
- Martes, A. C. (2010). Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, 30(2), 254-270.
- Menard, C., Saes, M. S., Silva, V. L., & Raynaud, E. O. (2014). *Economia das Organizações: Formas Plurais e Desafios*. São Paulo: Atlas.
- Ministério da Fazenda. (2018). *Novo Banco de Desenvolvimento*. Acesso em 31 de 07 de 2018, disponível em fazenda.gov: <http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/novo-banco-de-desenvolvimento>
- Ministério das Relações Exteriores. (2018). *O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS*. Acesso em 31 de 07 de 2018, disponível em Itamaraty: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>
- Mitnick, B. M. (1984). Agency Problems and Political Institutions. *Sixth Annual Research Conference of the Association of Public Policy Analysis and Management*.
- Mitnick, B. M. (2013). Origin of the Theory of Agency: An Account by One of the Theory's Originators.
- Mobiliários, C. d. (s.d.). Acesso em 31 de 05 de 2017, disponível em CVM: <http://www.cvm.gov.br/>
- Mobiliários, C. d. (s.d.). 2017. Acesso em 2017 de 05 de 207, disponível em CMV: <http://www.cvm.gov.br/>
- Moreira, S. B. (2009). Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento. *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto* (pp. 539-560). Braga: Laboratório de Economia e Gestão, Instituto Politécnico de Setúbal.
- Nelson, R. (2007). Institutions, Social Technologies and Economic. *Globelics: Working Papers Series*.
- New Development Bank. (2016). *Annual Report - Towards a greener tomorrow*. New Development Bank. Shanghai: New Development Bank.
- New Development Bank. (2018). Investor Presentation. *Investor Presentation*.

- North, D. C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- North, D. C. (1991). Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, 5, pp. 97-112.
- O'Neill, J. (2001). Building Better Global Economic BRICs. *Goldman Sachs Global Economics Paper*, 66, pp. 1-16.
- Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *FAE*, 5(2), 37-48.
- Oliveira, J. D. (2010). O Conceito de Desenvolvimento: origens, perspectivas e desafios. *Ordem, Instituições e Governança: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no Sistema ONU e a construção da ordem internacional*, 49-68. Rio de Janeiro: PUC-RIO.
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.
- Pastore, J. (1967). Teorias de desenvolvimento econômico: problemas metodológicos. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 7(23), 25-48.
- Perroux, F. (1963). A Ideia de Progresso perante a Ciência Econômica do Nosso Tempo. Tradução de Adérito Sedas Nunes. *Análise Social*, 1(2), 173-182.
- Pimentel, J. V. (2013). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional* (2ª ed.). Brasília: FUNAG.
- Reis, M. E. (2013). BRICS: surgimento e evolução. In: J. V. Pimentel, *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional* (2ª ed., pp. 47-72). Brasília: FUNAG.
- Rosenau, J. N., & Czempiel, E.-O. (2000). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e UnB.
- Santos, M. H. (2001). Governabilidade, governança e capacidade governativa: algumas notas. *ENAP Texto para discussão*, pp. 1-20.
- Schumpeter, J. A. (1961). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* (Primeira edição brasileira ed.). (L. Schlaepfer, Trad.) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. (L. T. Motta, & R. D. Mendes, Trads.) São Paulo: Companhia das Letras.
- Shapiro, S. P. (2005). Agency Theory. *Annual Review of Sociology*, 31, pp. 263-284.

- Silva, M. F. (2007). *Ética e economia. Impactos na política, no direito e*. Rio de Janeiro: Campus.
- Supremo Tribunal Federal. (s.d.). <http://www.stf.jus.br>. Acesso em 06 de 10 de 2015, disponível em STF: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=110986>
- The Guardian. (2012). *theguardian.com*. Acesso em 15 de 07 de 2018, disponível em <https://www.theguardian.com>: <https://www.theguardian.com/business/2012/mar/06/brazil-economy-worlds-sixth-largest>
- Viana, S. T., Bruno, M. A., Modenesi, A. d., & (Orgs.). (2010). Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*.
- Williamson, O. E. (2000). The New Institutional Economics: Taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, 38(3), pp. 595-613.
- Williamson, O. E. (2002). The Theory of the Firm as Governance Structure: From Choice to Contract. *Journal of Economic Perspectives*, 16 n. 3, pp. 171–195.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2 ed.). (D. Grassi, Trad.) Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICE

Ilustração Esquemática: Nova Economia Institucional (NEI)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Tabulação projetos aprovados NDB (2016-2018)

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower	End-user/ On-lendee	Target Sector	Development Impact
1	BNDES	Brazil	2017	600.000	300.000	50%	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Sub-projects	Renewable energy (wind, solar etc)	600 MW renewable energy; Avoided 1,000,000 t CO2/year
2	Pará Sustainable Municipalities Project	Brazil	2018	125.000	50.000	40%	Government of the State of Pará	Government of the State of Pará	Sustainable infrastructure, urban development	Provide all-weather connectivity within the city to residents of the municipalities; Decreased flooding; Improved sanitation; Reduced road maintenance cost;
3	Maranhão Road Corridor – South North Integration	Brazil	2018	190.000	71.000	37%	Government of the State of Maranhão	Government of the State of Maranhão	Sustainable infrastructure, transport	Reduced time of road travel; Reduced logistics costs between the agricultural area and the Itaqui Port; Integration of the North and South of Maranhão, linking
				915.000	421.000	46%				

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower	End-user/ On-lendee	Target Sector	Development Impact
1	Lingang	China	2016	115.000	81.000	70%	The People's Republic of China	Shanghai Lingang Hongbo New Energy Development Co. Ltd.	Renewable energy (solar rooftop PV)	100 MW Solar; Avoided 73,000 t CO2/year
2	Pinghai	China	2016	739.040	298.000	40%	The People's Republic of China	Fujian Investment and Development Group	Renewable energy (wind power)	250 MW Wind
3	Hunan	China	2017	465.000	300.000	65%	The People's Republic of China	Sub-project PIUs in Changsha, Zhuzhou and Xiangtan	Water, sanitation and flood control, environment	Improved water quality and flood control in the main streams and tributaries of Xiang River
4	Jiangxi	China	2017		200.000		The People's Republic of China	Government of Jiangxi Province	Energy conservation	Savings of 95,118 tons of coal equivalent; Annual CO2 emissions reduction is 263,476 tonnes
5	Chongqing Small Cities Sustainable Development	China	2018	568.500	300.000	53%	The People's Republic of China	Chongqing Municipality	Urban infrastructure, sustainable infrastructure	Improved spatial layout; Increased connectivity and accessibility; Reduced traffic congestion; Enhanced ecological environment; Enhanced tourism sector in some
				1.887.540	1.179.000	62%				

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower	End-user/ On-lendee	Target Sector	Development Impact
1	Canara	India	2016	500.000	250.000	50%	Canara Bank	Sub-projects	Renewable energy (wind, solar etc)	500 MW renewable energy; Avoided 815,000 t CO2/year
2	Madhya Pradesh	India	2016	500.000	350.000	70%	Government of India	Government of Madhya Pradesh	Upgrading major district roads	About 1,500 km of MDRs will be upgraded
3	MP Water	India	2017	670.000	470.000	70%	Government of India	Government of Madhya Pradesh	Water supply and sanitation, rural development	Project covers more than 3,400 villages and will benefit over 3 million rural population
4	Rajasthan Water	India	2017	495.000	345.000	70%	Government of India	Government of Rajasthan	Irrigation, agriculture	Additional 1.25 million acre feet of water available for land cultivation; 33,312 hectares of water-logged area rehabilitated for cultivation
5	Bihar Rural Roads Project	India	2018	500.000	350.000	70%	The Republic of India	Government of Bihar	Sustainable infrastructure, transport	Enhanced farm productivity; Increased income;
				2.665.000	1.765.000	66%				

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower	End-user/ On-lendee	Target Sector	Development Impact
1	EDB/IIB	Russia	2016	161.900	100.000	62%	Eurasian Development Bank; International Investment Bank	Nord Hydro-Bely Porog + other subproject(s)	Renewable energy (hydro-power) + green energy	49.8 MW renewable energy; Avoided 48,000 t CO2/year
2	Judicial Support	Russia	2017	601.000	460.000	77%	Government of Russian Federation	Beneficiaries – Supreme Court, Moscow City Court	Social infrastructure	Increased judicial transparency and efficiency, and enhanced protection of judicial rights of citizens of the country
3	Ufa Eastern Exit	Russia	2017	700.800	68.800	10%	Government of Russian Federation	Government of Bashkortostan	Transportation	Reducing congestion and aiding faster commute for residents; Enhanced safety of traffic by diverting dangerous goods away from city center; A balanced spatial
4	Volga	Russia	2018	400.000	320.000	80%	Government of Russian Federation	Sub-projects in five participating cities in the Volga River Basin	Water supply and sanitation, sustainable development	Increased operating efficiency of water supply and sanitation systems; Reduced growth of utilities tariffs for the population; Reduced investments in capital repairs for
5	Small Historic Cities	Russia	2018	275.000	220.000	80%	Government of Russian Federation	Sub-projects in nine participating small historic cities	Urban infrastructure, sustainable development	Increased operating efficiency of water supply and sanitation systems; Reduced growth of utilities tariffs for the population; Reduced investments in capital repairs for
				2.138.700	1.168.800	55%				

	Locale	Country	Year	Total Project Cost (USD 000)	Loan Amount (USD 000)	% do Total	Borrower	End-user/ On-lendee	Target Sector	Development Impact
1	ESKOM	South Africa	2016	225.000	180.000	80%	ESKOM Holdings State-Owned-Company Limited	ESKOM	Renewable energy (transmission)	670 MW renewable energy evacuated (transmitted)
2	Durban Container Terminal Berth Reconstruction	South Africa	2018	643.000	200.000	31%	Transnet State Owned Company Ltd	Transnet SOC Ltd.	Transport infrastructure	Expansion of the Durban Port's capacity, allowing to safely accommodate larger vessels with gross tonnage of 9,000+ TEUs; Trading volume growth for local businesses;
				868.000	380.000	44%				

-> 20 projetos aprovados totalizando

8.474.240 4.913.800 58%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do *New Development Bank*, 2018.

ANEXOS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL
Seção de Legislação Citada – SELEC

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I: *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I: *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

O Supremo Tribunal Federal do Brasil, o Supremo Tribunal da Federação da Rússia, o Supremo Tribunal da Índia e o Tribunal Popular Supremo da China, neste ato representados por seus respectivos Presidentes, Gilmar Mendes, Viatcheslav Mickhailovich Lebedev, Konakuppakatil Gopinathan Balakrishnan e Wang Shengjun,

CONSIDERANDO os laços culturais e de amizade que aproximam Brasil, Rússia, Índia e China;

CONSIDERANDO a recíproca vontade de consolidar e intensificar ações, programas e demais mecanismos e instrumentos voltados à cooperação entre as cortes supremas, de maneira a aprofundar o Estado Democrático de Direito, o respeito aos Direitos Humanos e a Independência Judicial;

CONSIDERANDO a importância da troca efetiva de experiências para a modernização e o aperfeiçoamento dos sistemas jurídicos dos quatro países citados;

CONSIDERANDO o propósito, manifestado pelas Partes, de aproximação entre seus respectivos sistemas jurídicos e legais no âmbito do Fórum BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China;

CONSIDERANDO o propósito de executar programas de colaboração e proceder a intercâmbios que, aprofundando reciprocamente conhecimentos e técnicas, reforcem e consolidem a importância de sistemas jurídicos independentes nos Estados Democráticos de Direito;

Resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira. Do Objeto. este Protocolo tem por objeto fixar as linhas gerais de atuação no mister de, mediante cooperação recíproca, estabelecer o intercâmbio de informações e procedimentos afetos aos sistemas judiciários do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, assim como divulgar tais atividades no âmbito das respectivas competências.

Cláusula Segunda. Das Obrigações. As Partes comprometem-se a colaborar ampla e diretamente, por meio de troca de experiências e documentos - incluindo material bibliográfico, estudos, avaliações estatísticas e outros que sejam de interesse -, a fomentar o conhecimento recíproco de seus respectivos sistemas jurídicos.

Para tanto, procederão de modo a promover:

I - a realização conjunta de conferências, seminários e outros encontros técnicos e acadêmicos que versem sobre a prática judicial e literatura jurídica sobre temas relativos aos direitos humanos, à promoção do acesso à Justiça, às soluções alternativas de controvérsias, à proteção de menores e questões afins; e

II - a aproximação entre seus respectivos representantes, incluindo troca de visitas pelos magistrados.

Cláusula Terceira. Da Execução.

I - As Partes promoverão a execução conjunta de iniciativas de cooperação de interesse mútuo.

II - Este Protocolo não gera novas obrigações jurídicas internacionais, visto que se alicerça na vontade e no esforço comum de, por meio do conhecimento recíproco, ensejar soluções ágeis e efetivas para problemas semelhantes que dificultem ou reduzam a eficácia da plena atuação da Justiça nos Países signatários.

III - Este Protocolo poderá ser emendado a qualquer tempo, mediante termo aditivo.

IV - As controvérsias decorrentes do que estabelecido neste Protocolo serão dirimidas, de comum acordo, pelas Partes.

Cláusula Quarta. Da Vigência. O presente Protocolo entrará em vigor imediatamente após sua assinatura e manter-se-á pelo tempo que as partes signatárias entenderem por bem.

Assinado em _____, em ____ de ____ 2009, em quatro originais, em português, russo, inglês e chinês, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Gilmar Mendes
Supremo Tribunal Federal
da República Federativa do Brasil

Viacheslav Lebedev
Supremo Tribunal
da Federação da Rússia

K.G. Balakrishnan
Supremo Tribunal da Índia

Wang Shengjun
Tribunal Popular Supremo
da China

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 63-A DE 2015

Aprova o texto do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2015.

Deputado SERGIO SOUZA
Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL

Seção de Legislação Citada – SELEC

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)*

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. *(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)*

.....

.....